

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANA PAULA ALTHAUS

**A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MERCADO DE
TRABALHO NAS EMPRESAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.**

FLORIANÓPOLIS, 2009.

ANA PAULA ALTHAUS

**A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MERCADO DE
TRABALHO NAS EMPRESAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientador: Professor Dr. Ricardo Lara.

FLORIANÓPOLIS, 2009.

ANA PAULA ALTHAUS

**A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MERCADO DE
TRABALHO NAS EMPRESAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito final para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientador: Professor Dr. Ricardo Lara.

BANCA EXAMINADORA:

RICARDO LARA

DOUTOR, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

CLAUDIA MAZZEI NOGUEIRA

DOUTORA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

VANIA MANFROI

DOUTORA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

DEZEMBRO DE 2009.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

Ao meu pai, pelo exemplo de vida, pela educação, pela força, acompanhamento e torcida, para que esse sonho se concretizasse.

Ao Jefferson, que desde o início foi mais que namorado, marido e companheiro. Foi também pai, mãe, irmão, amigo, enfim foi quem vivenciou lado a lado minhas angustias e dificuldades que surgiram ao longo do caminho. Muito obrigado pela força, paciência, palavras de incentivo, carinho e compreensão.

Aos meus irmãos pelo apoio, em especial ao João por ter me socorrido com o empréstimo do notebook quando iniciava meu trabalho.

Aos meus “pais de coração” (Zé e Salete) pelo acolhimento, ombro amigo, apoio, carinho e amizade que sempre tiveram por mim.

Aos amigos que moram longe, mas que sempre torceram pelo meu sucesso.

Aos colegas da faculdade pela troca de idéias e de experiências.

Aos meus colegas de trabalho do BRDE, em especial a Beta e ao Rud pela paciência, apoio e carinho, ao senhor Wilmar pela compreensão de algumas ausências e aos demais pelas palavras de incentivo e amizade.

Aos familiares do Jefferson pelo carinho com que me receberam e me adotaram como da família, sempre torcendo pela concretização desse sonho.

Aos colegas e funcionários da AFLODEF, pela oportunidade de estágio e aprendizado.

Aos professores do Departamento de Serviço Social pela busca incansável de uma formação crítica.

Ao professor Ricardo pelo apoio, considerações e paciência para a concretização deste trabalho.

À minha amiga Patrícia pela amizade, carinho, “reuniões de equipe”, e companheirismo.

"A transformação social não é apenas uma função da existência objetiva de requisições e demandas socialistas: ela é, ainda e, sobretudo, função de uma vontade política capaz de fundar uma estratégia apta a orientar a ação política dos homens para a constituição de uma nova ordem social". (José Paulo Netto)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar como vem acontecendo a inserção das pessoas com deficiência física no mercado de trabalho nas empresas da Grande Florianópolis, mediante convênio com a Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF, através de contratos para prestação de serviços terceirizados. Tem como premissa identificar como vem ocorrendo a inserção da pessoa com deficiência física nas organizações conveniadas, quais as atividades são destinadas para essa força de trabalho e como a pessoa com deficiência física percebe o trabalho na produção e reprodução das relações sociais. Objetiva-se discutir a categoria trabalho e os modos de produção que se desenvolveram ao longo da história, contextualizar a pessoa com deficiência física desde a sociedade primitiva até os dias atuais, analisando as diversas concepções que integraram a pessoa com deficiência física e apresentar através de pesquisa empírica, como vem ocorrendo a inserção no mercado de trabalho fazendo uma reflexão a partir da “lei de cotas” que obriga as empresas a contratarem um percentual de funcionários com alguma deficiência. Para alcançar os objetivos deste trabalho foi utilizado a pesquisa bibliográfica referenciando as concepções marxianas de Netto e Braz, Lamamoto, a respeito do trabalho e dos modos de produção que se desenvolveram até chegar no modo de produção capitalista, as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho com os preceitos neoliberais pelas análises de Antunes e sobre a pessoa com deficiência física utilizamos as referências de Carmo, Alves, Nambu e Lima. Para a pesquisa empírica utilizamos as técnicas de observação, entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Foram entrevistados 44 funcionários de um total de 83. As entrevistas aconteceram entre agosto e outubro de 2009 nos locais de trabalho sendo eles: Correios, Cobra Tecnologia/Besc, Secretaria de Segurança Pública do estado de Santa Catarina e Polícia civil. Os resultados obtidos demonstram que quais sejam as modalidades de utilização da força de trabalho no atual contexto, está será funcional ao capitalismo, e o que identificamos sobre a inserção da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho, foi uma pseudo-inclusão, uma maneira das organizações cumprirem a “lei de cotas” e a utilização dessa força de trabalho como “mão de obra” barata, pois os contratos de trabalho terceirizados reforçam a lógica dominante em que prevalece a exploração, alienação e a subordinação do trabalho ao capital. As atividades destinadas às pessoas com deficiência física comprovam a precarização do trabalho, pois correspondem a tarefas repetitivas de contagem, separação e arquivamento de documentos; a remuneração confirma a exploração dessa força de trabalho que recebem até um salário mínimo e meio. Os dados confirmam a falsa inclusão e demonstram que as organizações ao proporem essas ações buscam utilizar-se da prerrogativa “responsabilidade social”, como atributo para se destacar no mercado como “empresa cidadã”.

Palavras-chave: Trabalho. Mercado de Trabalho. Pessoa com Deficiência Física. Inclusão/exclusão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Classificação das Deficiências.....	31
Quadro 2 -	Distribuição das vagas.....	44
Quadro 3 -	Funcionários entrevistados conforme local de trabalho.....	45
Gráfico 1 -	Pessoas com Deficiência Física contratadas conforme o sexo.....	46
Gráfico 2 -	Pessoas com Deficiência Física contratadas segundo a faixa etária.....	47
Gráfico 3 -	Pessoas com Deficiência Física contratadas segundo a escolaridade.....	48
Gráfico 4 -	Pessoas com Deficiência Física entrevistadas e com interesse em continuar os estudos.....	49
Quadro 4 -	Pessoas empregadas conforme o tipo de deficiência.....	51
Gráfico 5 -	Pessoas com Deficiência Física contratadas segundo a utilização de apoio.....	52
Gráfico 6 -	Pessoas com Deficiência Física contratadas que disseram já ter sentido algum tipo de discriminação no trabalho.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS

AFLODEF	Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos
AIPD	Ano Internacional das Pessoas Deficientes
CORDE de Deficiência	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONU	Organização das Nações Unidas
SSP-SC	Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	OS MODOS DE PRODUÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO.....	12
2.1	O QUE É TRABALHO?.....	12
2.1.1	A Revelação do Homem.....	14
2.2	UM BREVE HISTÓRICO DOS MODOS DE PRODUÇÃO.....	15
2.3	TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	22
2.3.1	Mudanças no Mundo do Trabalho.....	25
3	CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	29
3.1	CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	29
3.2	CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	32
3.2.1	As pessoas com deficiência física no Brasil.....	36
3.3	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E O MERCADO DE TRABALHO.....	40
4	A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MERCADO DE TRABALHO NAS EMPRESAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	42
4.1	A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO.....	43
4.2	RETRATO DA CONTRATAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS.....	60
	APENDICE A – Roteiro de acompanhamento dos funcionários.....	64

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar como se dá a inserção da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho na Grande Florianópolis. A questão central a ser analisada é sobre a inclusão desses sujeitos no mercado de trabalho e quais as atividades que as organizações destinam às pessoas com deficiência física, numa perspectiva de mudanças de paradigmas.

Para alcançar o propósito deste trabalho, delimitamos como objetivos específicos:

- a) Discutir a categoria trabalho na sociedade capitalista contemporânea e como interfere no processo de reprodução das relações sociais;
- b) Analisar o deficiente físico no contexto sócio-histórico;
- c) Pesquisar como acontece a inserção do segmento deficiente físico nas empresas da Grande Florianópolis;

O tema proposto surgiu através da inserção em campo de estágio na Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos – AFLODEF que tem como um de seus objetivos o encaminhamento da pessoa com deficiência física ao mercado de trabalho, através de convênio com empresas e órgãos públicos, na forma de prestação de serviços terceirizados. As informações foram obtidas junto à instituição e mediante entrevistas com as pessoas com deficiência física contratadas, visitadas nos seus locais de trabalho (Correios, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Civil e Cobra Tecnologia/Besc), para uma melhor observação das condições e tarefas desempenhadas.

Dos procedimentos utilizados, destacamos a pesquisa bibliográfica como instrumento importante para levantar as reflexões, categorias e conceitos, e a pesquisa empírica. Para contemplar o universo pesquisado foram utilizadas técnicas de observação, entrevistas semi-estruturadas e análise documental, visando obter esclarecimentos das relações que perpassam a vida das pessoas com deficiência física inseridas nos espaços de trabalho.

A partir da concepção de trabalho inspirada nas referências marxistas, buscamos analisar o significado do trabalho para esses sujeitos inseridos na lógica dominante, que define como produtivo e útil aquele que participa do processo de

produção e é fonte de exploração de mais-valia, contribuindo para a acumulação capitalista.

Pretende-se discutir como as mudanças ocorridas no interior do processo capitalista de produção, a partir dos preceitos neoliberais da década de noventa, estão reforçando a lógica dominante e precarizando as relações de trabalho, favorecendo a contratação através de contratos de trabalho terceirizados na perspectiva de desconstrução de direitos da classe trabalhadora. O conjunto dessas mudanças interfere nas relações sociais reafirmando a lógica de exclusão e desemprego inerentes ao modo de produção capitalista.

Para pensar a inserção das pessoas com deficiência física no mercado de trabalho, convém situá-las no contexto societário atual, através de um resgate histórico das diversas formas que assumiu ao longo do tempo e que hoje ainda permanecem como heranças negativas desse processo.

O presente trabalho de conclusão de curso foi desenvolvido em três seções. Na primeira serão discutidas e apresentadas as relações de produção que constituíram a sociedade humana ao longo do tempo, apresentando as formas de trabalho, mudanças ocorridas com o advento do modo de produção capitalista e, posteriormente, com os ditames da reestruturação produtiva e do neoliberalismo.

Na segunda seção apresentar-se-á um resgate histórico das diversas formas de concepção das pessoas com deficiência, que até hoje carregam heranças de segregação e discriminação. Além de demonstrar como é a relação com o mercado de trabalho, e como ocorre a inserção com a promulgação da “lei de cotas”.

Na terceira seção mostrar-se-á as formas de inserção das pessoas com deficiência física no mercado de trabalho através da Associação (AFLODEF). Na primeira parte desta seção, serão feitas considerações a respeito da associação e como se dá a distribuição de vagas. Já na segunda, as características das pessoas entrevistadas, como sexo, idade, escolaridade, deficiência e, também, as atividades desempenhadas, a utilização de mecanismos de apoios para locomoção e a necessidade de adaptação nas instalações, bem como o significado do trabalho na vida dos sujeitos envolvidos e como eles percebem a associação.

Nas considerações finais, pontuamos as conclusões obtidas através das pesquisas tecendo uma crítica às formas de “inclusão” e ao modelo de “cotas”, e com relação à associação como empregadora e espaço de luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência física, ao propor contratos de trabalhos

terceirizados nos quais refletem a lógica da discriminação, precarização e desconstrução de direitos sociais da classe trabalhadora.

2 MODOS DE PRODUÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

Nesta seção pretende-se discutir as categorias pertinentes ao processo de desenvolvimento da sociedade, desde o surgimento do homem, até a constituição da sociedade burguesa contemporânea. Fazendo uma análise sobre o mundo do trabalho e as relações de produção.

2.1 O QUE É TRABALHO?

O trabalho é a primeira condição fundamental de toda a vida humana. Foi através dele que o homem se desenvolveu e criou uma nova forma de vida humana, a vida em sociedade. O trabalho é o resultado da interação do homem com a natureza, através da qual, transforma as matérias naturais em produtos para satisfazer suas necessidades.

Num longo processo de desenvolvimento, o trabalho transformou-se e passou a ser uma ação consciente do homem, deixando de ser uma atividade natural, para configurar-se numa atividade orientada. Concomitante a esse processo surgiram o pensamento e linguagem humana.

É a partir do trabalho que o homem se transforma em ser social. O trabalho torna-se uma atividade entre o homem e a natureza, mediada por ações conscientes que buscam um objetivo, um propósito.

De acordo com Marx, (1983, p. 153).

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana.

O trabalho do homem diferencia-se da atividade de sobrevivência dos animais, primeiro porque para realizar o trabalho o homem necessita de instrumentos para auxiliá-los e assim como os animais, o homem age de acordo com uma necessidade, mas este idealiza o resultado e busca a objetivação através do trabalho.

De acordo com Netto e Braz (p. 32, 2008), “[...] a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada”. No momento em que o homem começa a idealizar, passa a ter consciência do que se quer, e imprime no objeto de trabalho o que tem ideado, os autores destacam aí a capacidade teleológica do ser social.

De acordo com lamamoto (2001, p. 40).

A dimensão teleológica é a capacidade do homem de projetar antecipadamente na sua imaginação o resultado a ser alcançado pelo trabalhador, de modo que, ao realizá-lo, não apenas provoca uma mudança de forma da matéria natural, mas nela realiza seus próprios fins.

Mas o trabalho não se realiza só pelo projeto, para que ele se concretize faz-se necessário que o sujeito, através de elementos que possibilitem a manipulação da natureza, transforme a matéria em produto acabado. Ainda segundo lamamoto (2001, p. 40), “[...] uma segunda característica do trabalho humano é o uso e a criação de meios de trabalho, que se interpõem entre o homem e o objeto, servem de veículo da ação conforme objetivos antecipados”.

A criação dos instrumentos de trabalho proporciona ao sujeito a possibilidade de escolhas entre meios e fins, e essas escolhas exigem certo conhecimento sobre as propriedades da natureza para poder transformá-las no produto desejado. O trabalho exige habilidade e conhecimento, que são adquiridos mediante repetição e experimentação. Os conhecimentos adquiridos através do fazer precisam ser socializados e universalizados para ter continuidade, resultando assim num processo imortal de comunicação.

lamamoto (2001, p. 43) afirma que “[...] o caráter social do trabalho, expressa-se essencialmente no fato de que o homem só pode realizá-lo através da relação com outros homens”.

Portanto, o trabalho é uma atividade coletiva, é o metabolismo entre sociedade e natureza e entre os homens, entre o ser social e sua organização em sociedade, que propicia produzir e reproduzir a vida.

2.1.1 A Revelação do Homem

A história do homem reporta-se a cerca de 4 milhões de anos, quando os mais antigos antepassados encontravam-se instalados na superfície terrestre.

Uma transformação no meio ambiente possibilitou uma evolução biológica e mutação que alterou as propriedades dos nossos antepassados e lhes proporcionou a capacidade de andar sobre duas pernas, a postura bípede. Assim também como possibilitou maior mobilidade das mãos devido à oposição dos polegares e um cérebro maior como instrumento de regulação dos movimentos. O aperfeiçoamento das mãos e a adaptação dos pés à postura erecta, influenciaram também no desenvolvimento de outras partes do organismo hominídeo. (ENGELS, 1876)

Junto com o aprimoramento da mão, nossos antepassados passaram a dominar a natureza e transformá-la como meio para garantir a sua sobrevivência.

Nossos antepassados viviam em grupos e todo produto extraído da natureza era dividido coletivamente. Se organizavam a partir de uma ajuda mútua e de uma atividade conjunta, não havia produção de excedentes. Como viviam em grupos, esses homens em formação sentiram a necessidade de se comunicar, e dessa necessidade foram desenvolvendo a laringe e os órgãos da boca e lentamente foram pronunciando os primeiros sons. A linguagem, assim como o trabalho foi fundamental na evolução da humanidade.

No decorrer dessas transformações, surge um novo tipo de ser, até então desconhecido, com características próprias e complexas, o ser social.

O surgimento do ser social foi o resultado de um processo mensurável numa escala de milhares de anos. Através dele, uma espécie natural, sem deixar de participar da natureza, transformou-se, através do trabalho, em algo diverso da natureza – mas essa transformação deveu-se à sua própria atividade, o trabalho: foi mediante o trabalho que os membros dessa espécie se tornaram seres que, a partir de uma base natural (seu corpo, suas pulsões, seu metabolismo etc.), desenvolveram características e traços que os distinguem da natureza. Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se autoprozuziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais. (NETTO; BRAZ, p. 37, 2008).

O processo de humanização do homem, permeado por transformações, movimenta ações simultâneas que possibilitam extrair da natureza os meios de manter e reproduzir a sua vida.

Esse processo, que vai constituir o ser social, é o caminho para o desenvolvimento da sociedade. A sociedade só existe pela interação do homem com o homem e com a natureza. É pelo trabalho que o homem vai erigir as bases da sociabilidade e romper os laços com a natureza orgânica, alterando sua forma biológica e constituindo um ser capaz de dar respostas, agir teleologicamente, propor finalidades e antecipar metas. (NETTO; BRAZ, 2008).

2.2 UM BREVE HISTÓRICO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

De acordo com os registros da história, como resultado de uma evolução de milhares de anos, os primeiros grupos humanos surgiram sobre a terra às margens do Nilo e do Eufrates, na Índia e na China.

Os registros dessa civilização apresentam uma população pitoresca, que residia em abrigos e cavernas, alimentava-se de vegetais e da caça, eram povos nômades, que mudavam de um lugar para outro na busca de alimentos.

Nessa sociedade denominada primitiva o homem caçava e pescava para sobreviver, extraía da natureza o alimento para satisfazer a necessidade primordial dos seres vivos, a fome. Nesta sociedade, o trabalho era puramente para a subsistência, não havia produção de excedente, os homens caçavam para suas tribos e dividiam o resultado com todo o grupo. A única divisão social que existia era entre os homens e as mulheres. Á eles cabia a responsabilidade de trazer o alimento, e elas eram responsáveis pela preparação e cuidado com os filhos.

Com o crescimento das tribos, a demanda por alimentos que já era escassa se ampliou, e a necessidade fez o homem desenvolver instrumentos para aperfeiçoar as atividades de caça e pesca. Foi aí que ele criou os meios de produção, ou seja, os instrumentos para auxiliá-los na obtenção do produto desejado, entre estes, o arco e a flecha, redes de pesca, canoas e remos.

O modo de produção primitiva ou a comunidade primitiva se manteve por mais de trinta mil anos. Porém dois fatores importantes influenciaram a sua decomposição: a domesticação de animais e o surgimento da agricultura.

Com o aparecimento e desenvolvimento dessas duas atividades, essas comunidades foram aperfeiçoando seus instrumentos e meios de produção e

passaram a produzir além do que era necessário para a sobrevivência dos seus membros, possibilitando assim, acumular o que era produzido e trocar com outros grupos as mercadorias produzidas.

Com o advento da agricultura, a sociedade primitiva passou a produzir mais, mesmo que de forma precária, perceberam que através da ação de jogar a semente na terra era possível colher os frutos que cresceriam e virariam alimentos. A partir daí, os homens iniciaram um processo de evolução e desenvolvimento, passaram a produzir além do que necessitavam consumir para sobreviver. Nesse processo de aperfeiçoamento dos instrumentos e habilidades, configurando um maior domínio do homem sobre a natureza, surge a acumulação de excedentes, bem como os produtos artesanais e as primeiras propriedades. Agora, já não precisam mais migrar de um local para outro quando o alimento acaba. O plantio possibilitou a fixação dos povos nas terras e assim, a produção sobrando fez surgir a troca de mercadorias. (ALBORNOZ, 1994)

Com o surgimento do excedente a comunidade primitiva desaparece e inicia um novo modelo de produção denominado de escravismo. No Ocidente, o escravismo surge por volta de 3.000 anos antes de Cristo, e vai durar até a queda do Império Romano. Nesse modo de produção, as relações de produção eram relações de domínio e de obediência. Era formado por senhores e escravos.

Com a produção do excedente, surgiu a propriedade e com ela a necessidade de mais força de trabalho. Na sociedade primitiva quando aconteciam guerras e invasões, os prisioneiros eram mortos e devorados. Na sociedade escravista, com a possibilidade de aumento de produção e troca de mercadorias, os prisioneiros de guerra passaram a ser escravizados e explorados para o trabalho.

Os senhores eram proprietários dos meios de produção e da força de trabalho, ou seja, dos escravos. Estes, bem como tudo o que produziam, pertenciam aos senhores. Os senhores detinham o domínio sobre a força de trabalho, e esta era considerada como objeto dos senhores. (HUNT, 2005)

Com a queda do Império Romano, a Europa fica sem leis e sem proteção, o modo de produção escravista entra em crise, e faz surgir a partir daí um novo modo de sociedade, o Feudalismo.

O escravismo não foi o único modo de produção do período citado anteriormente. É possível observar na história da humanidade outro modo que se desenvolveu no Extremo Oriente, o modo de produção asiático.

O modo de produção asiático constituiu uma articulação social distinta, com a hipertrofia de um forte poder político-central, o Estado. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 66). As forças produtivas eram compostas pelos escravos e pelos camponeses, que eram forçados a entregar ao Estado o que produziam.

O modo de produção feudal – Feudalismo – sucedeu o modo de produção escravista no Ocidente, predominou até o século XVIII e sua base era agrícola. Os feudos eram unidades econômico-sociais formado por duas classes distintas. Os nobres ou senhores detinham o poder e controlavam toda a organização de cada feudo, e os servos ou camponeses recebiam proteção dos senhores em troca de pagamento através do trabalho e alimentos produzidos por eles nas terras dos senhores. Os servos não eram escravos, mas pertenciam as terras. Se o senhor transferisse a posse do feudo para outro, o servo era transferido junto. (HUNT, 2005)

No feudalismo a produção era destinada ao autoconsumo, havia uma divisão da terra produtiva, uma parte pertencia ao senhor e a outra aos servos (glebas)¹, nas duas, o cultivo era feito pelo camponês que quando realizava a colheita, além da parte que pertencia ao senhor feudal, era obrigado a retirar da sua parte uma quantia como forma de pagamento pela proteção à vida garantida pelos senhores feudais.

Nesse período a igreja católica era o maior proprietário de terras e teve grande influência na Europa Ocidental. Muitos dos feudos eram ligados a igreja e seus senhores eram vassalos dos bispos e a eles obedeciam.

Os servos recebiam proteção militar por parte da nobreza e orientação espiritual por parte da igreja, e, em troca eram obrigados a pagar em forma de trabalho pesado, produção e dinheiro. Sua produção gerava um excedente agrícola, que juntamente com o trabalho artesanal, eram destinados a troca de mercadorias. (HUNT, 2005). Muitos artesãos rompem os laços com a terra, dando início ao aparecimento das vilas e cidades, e passam a dedicar-se exclusivamente a produção garantindo uma grande quantidade de produtos manufaturados disponíveis para a troca.

A partir das cruzadas², a troca de mercadorias é estimulada e os artesãos começam a se organizar em associações, assim como os comerciantes e a fixação

¹ Áreas de onde metade de toda produção deveria ser destinada ao senhor feudal.

² As Cruzadas foram importantes para a criação de um fluxo comercial que permitiu a introdução de várias mercadorias orientais no cotidiano da Europa.

de rotas comerciais para o Oriente e o desenvolvimento do comércio de longa distância, vão contribuir para a desintegração do feudalismo medieval.

Com o estabelecimento das rotas comerciais para o Ocidente e o desenvolvimento do comércio, o modo de produção feudal começa a entrar em crise.

O desejo de consumo da nobreza por mercadorias e artigos de luxo, vindos das Índias incitou o surgimento do dinheiro, com a finalidade de ser trocado por mercadorias.

As relações mercantis começam a surgir na economia feudal. A terra passa ser um objeto de transação mercantil entre senhores e servos. As prestações pagas em trabalho e em produtos são substituídas por dinheiro.

O desenvolvimento de atividades comerciais entre regiões afastadas estimula o surgimento das cidades gerando um movimento urbanizador e o aparecimento de um novo grupo social, os comerciantes/mercadores que formarão mais tarde a burguesia.

Como o regime feudal baseava-se na agricultura e pecuária, com o tempo as terras cultiváveis foram se tornando esgotadas e houve uma redução das terras para a pecuária. A redução da mineração da prata imperou o movimento do dinheiro que eram moedas metálicas e dificultou as transações mercantis.

O acontecimento de grandes catástrofes como a Peste Negra³ e a guerra dos Cem Anos⁴ provocaram uma baixa populacional ocasionando uma defasagem na força de trabalho.

As contradições internas que se agravavam dentro do feudalismo eram incitadas pelo comércio. A luta entre as classes criou um cenário de confrontos sociais, os senhores acentuam o processo de exploração devido à redução de excedentes e pela falta de força de trabalho, com isso têm-se as revoltas camponesas⁵. Em resposta a rebeldia dos camponeses e as mobilizações que

³ A Peste Negra, conhecida também como Peste Bubônica, foi o nome dado a uma doença originária do Oriente, que se alastrou na Europa entre os anos de 1347 a 1350. Essa doença que era provocada por pulgas de ratos, chegou a Europa Medieval através de navios que vinham com muitos ratos no meio das mercadorias. Matou cerca de ¼ da população européia. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/> <Acesso em 10 de outubro de 2009>

⁴ A Guerra dos Cem Anos foi um longo conflito que envolveu a Inglaterra e França entre os séculos XIV e XV, período marcado por transformações socioeconômicas e políticas, que caracterizaram a crise do sistema feudal.

⁵ As revoltas se deram pelo fato de muitas pessoas que trabalhavam terem morrido e para que o rendimento do trabalho não diminuísse, os senhores feudais, acabaram fazendo com que os poucos servos que tinham trabalhassem dobrado e tivessem mais horas de trabalho e pagassem dobrado os impostos "cobrindo" assim aqueles que morreram. Os camponeses revoltados e cansados de serem

surgiam na época, têm-se o surgimento de um Estado nacional moderno, o Estado absolutista⁶ que detém a centralização do poder. Esse Estado vai ser financiado pelos comerciantes e aos poucos reduzirá o poder dos nobres.

No século XVI surgem as estruturas do Estado: as forças armadas, burocracias e um sistema fiscal. Esse poder estatal centralizado, com seus órgãos onipotentes (exército, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura) servirão à futura sociedade burguesa como uma arma poderosa na luta contra o feudalismo.

As leis impostas pelo Estado Absolutista se chocavam com os ideais dos senhores feudais, concedendo regalias aos grandes comerciantes, como a proibição da cobrança de pedágio, permitindo que as caravanas comerciais abrangessem áreas maiores. As grandes expedições e a exploração das Américas propiciaram o início dos monopólios comerciais e aumento de importação de ouro e prata.

Num período que podemos identificar como acumulação primitiva, o desenvolvimento do comércio deu-se a partir da troca de mercadorias, o produtor trocava seus produtos por outros, o uso do dinheiro era apenas uma forma de obter uma mercadoria diferente. Devido ao aumento da demanda de mercadorias e a expansão do uso do dinheiro, as relações comerciais sofreram alterações. Se antes a mercadoria passava da mão do produtor para às do comprador ou consumidor, agora com os comerciantes, as negociações eram intermediadas. Os comerciantes compravam as mercadorias por preços baixos em um lugar e vendiam por um preço mais alto em outros. Ou então, utilizavam-se da pirataria e dos saques para obter mercadorias e assim acumular mais lucros. Os comerciantes não participavam do processo de produção, eles obtinham lucro através da compra por preços baixos e a venda do mesmo produto por preços mais altos.

A partir do século XVI com a expansão das atividades mercantis, a sociedade aos poucos assume características da burguesia, enquanto a ordem política permanecia embasada nos moldes feudais, entravando a ação dos comerciantes. A partir de então, inicia-se um processo de revolução social. A

explorados acabaram fazendo entre si uma “união”, formando revolta por todo o lugar que passavam, invadiam castelos e mataram até alguns daqueles que os exploravam. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/> <Acesso em 10 de outubro de 2009>

⁶ O Estado absolutista surgiu na Europa ocidental no transcurso do século XVI. Sua principal característica foi a centralização do poder político e militar nas mãos do monarca soberano. Sua função política permanente era reprimir as massas camponesas, esmagando qualquer resistência, e sujeitá-las a novas formas de dependência e exploração. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/> <Acesso em 10 de outubro de 2009>

Revolução Burguesa vai acontecer ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, quando classe burguesa aos poucos constrói sua hegemonia política e cultural e é através do domínio da cultura e das idéias que ela toma o poder no marco de 1789. A Revolução Francesa marcou a derrocada do sistema feudal e a ascensão da burguesia ao poder. A classe burguesa, que se formava, estava insatisfeita com as leis absolutistas que não lhe permitiam liberdade para as transações comerciais e os avanços dos seus interesses. A burguesia defendia o liberalismo econômico, a igualdade civil e fiscal, a existência de um governo liberal que respeitasse os direitos naturais do homem, ao mesmo tempo em que criticava a monarquia baseada no direito divino e os privilégios da nobreza, que também eram almejados pelos setores populares. A burguesia então apoiada pelos trabalhadores urbanos e camponeses convoca uma assembléia constituinte dando início a uma revolução social que vai desembocar na tomada de Bastilha em 14 de julho de 1789 e um mês depois, os privilégios feudais são suprimidos e é promulgada a Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, colocando a burguesia no poder em 1795. (BUSSINGER 1997).

O surgimento da sociedade burguesa deu-se a partir do declínio da economia feudal e do desenvolvimento da indústria. A produção e valorização da lã transformaram-se num negócio lucrativo, os proprietários de terra expulsam os camponeses e começam o que se chamou de cercamento, cercam suas propriedades e começam a criar ovelhas, que exigia poucos cuidados e bons lucros. Os servos e camponeses expulsos das terras na qual eram ligados se vêem sem propriedade e sem meios de produção, passam a se deslocar para as cidades, oferecendo a única propriedade que lhes resta, a força de trabalho. (HUNT, 2005).

Nesse período, o modo de produção doméstico já havia sido substituído pelas pequenas indústrias que começam a dar sinal de desenvolvimento e expansão. Período em que se ampliam os pequenos centros, formando as cidades industriais, que concentram a força de trabalho expulsa do campo. Com o desenvolvimento urbano a população se concentrou em torno das fábricas e a força de trabalho foi absorvida pela produção de mercadorias. A introdução das máquinas e as invenções tecnológicas auxiliaram na produção, diminuindo o número de trabalhadores empregados, a contratação de mulheres e crianças por salários mais baixos também contribuiu para o desemprego em massa de homens ocasionando uma crise estrutural agravada pelas greves e revolta dos trabalhadores. A Revolução

Industrial, como ficou conhecida, aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e vai encerrar a transição entre o feudalismo e modo de produção capitalista completando o movimento da revolução burguesa.

O modo de produção capitalista, como se pode observar, é resultado de uma continuidade histórica, surge da falência do modo de produção feudal e constitui-se pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Desenvolveu-se a partir do crescimento do comércio, do surgimento do sistema industrial de produção doméstica, do movimento dos cercamentos e de uma grande elevação nos preços das mercadorias.

O modo de produção capitalista consiste na existência de duas classes distintas: a classe capitalista ou burguesia, que detém a propriedade privada dos meios de produção e contrata força de trabalho em troca de salários e os trabalhadores ou classe proletária, que precisam vender sua força de trabalho em troca de salários para garantir sua subsistência.

A força de trabalho passa a ser uma mercadoria a ser trocada por outras mercadorias, pois seu valor de uso⁷ presta-se a gerar uma produção social voltada à acumulação e ao enriquecimento dos detentores dos meios de produção, através da produção de valores de troca, ou seja, de mercadorias.

O lucro é a força motriz do modo de produção capitalista, é por ele e através dele que a produção e reprodução dessa sociedade vão ocorrer.

É através da produção de mercadorias e da exploração do trabalho que a sociedade capitalista se constitui como tal, se apropriando da mais valia⁸. O capitalista compra os meios de produção⁹ e a força de trabalho através do pagamento de um salário¹⁰, e se apropria dos produtos produzidos. É a força de trabalho que produz o valor excedente, ou seja, a força de trabalho cria valor, e é essa característica que a distingue do trabalho morto¹¹.

⁷ Tem a finalidade e a qualidade de satisfazer uma necessidade qualquer. (NETTO; BRAZ, p. 63, 2008).

⁸ A força de trabalho, durante a jornada de trabalho, produz mais valor que aquele necessário à sua produção/reprodução, valor esse expresso no salário; assim, mesmo pagando o valor da força de trabalho, o capitalista extrai da jornada de trabalho do trabalhador um excedente (a mais valia fonte do seu lucro). (NETTO; BRAZ, p. 101, 2008).

⁹ Instalações, máquinas, instrumentos, matérias (brutas ou primas) e insumos (energia, combustível, etc). (NETTO; BRAZ, p. 98, 2008).

¹⁰ O valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os bens que permitem a sua manutenção ou reprodução. (NETTO; BRAZ, p. 99, 2008).

¹¹ Trabalho vivo entendido como força de trabalho; Trabalho morto como os instrumentos e ferramentas, máquinas e matéria prima.

De acordo com Guerra (1995, p. 104), “[...] o capitalista, proprietário dos meios de produção, compra a força de trabalho e adquire o direito de utilizá-la, por determinado período de tempo, como melhor lhe convier”.

O processo de produção de mais valia se dá através da exploração do trabalho vivo, ou seja, na exploração da força de trabalho. A força de trabalho transforma a matéria prima através do uso das ferramentas e instrumentos, que resulta num produto, que será vendido pelo capitalista por um preço maior. Donde se deduz todas as despesas decorrentes do processo de produção e o que resta é lucro. A produção do trabalhador extrapola o valor que recebe como pagamento de seu trabalho, é aí que se encontra a mais valia, na produção excedente ao valor pago pela força de trabalho.

Logo, o modo de produção capitalista resume-se na exploração da força de trabalho e através dela produz a mais valia, lucro necessário para alimentar e manter o capitalismo como sistema dominante, que influencia e modifica as relações na sociedade de classes. No próximo item será apresentado como se estrutura o trabalho na sociedade capitalista e as relações sociais que se desenvolvem.

2.30 TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O trabalho na sociedade capitalista só acontece através da exploração da força de trabalho para obter lucro, como vimos anteriormente. O capitalista contrata o trabalhador e em troca lhe paga um salário pelo trabalho realizado. O trabalho passa a ser o meio de sobrevivência da classe proletária. Para manutenção desse sistema é necessário que uma classe despossuída de qualquer propriedade encontre no trabalho os meios de garantir a sua reprodução.

De acordo com Antunes (1997, p. 124), “[...] o que deveria ser a forma de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído”. O trabalho constitui-se, pura e unicamente, como forma de obter as condições mínimas para sobreviver, nada mais que isso, o trabalhador se vê dependente do trabalho para satisfazer suas necessidades. O trabalho se transforma numa prisão, num castigo, numa necessidade imposta, sem a qual nada pode ser conseguido a não ser viver de “esmolos”.

A força de trabalho é metamorfoseada em mercadoria, e, portanto só é valorizada na medida em que gera valor. O trabalho nesta sociedade é coisificado, é mercadoria, assim como a matéria prima. Além disso, aliena e condiciona, faz do trabalhador um objeto e coloca-o numa situação de estranhamento¹² diante de sua produção.

O ser social que surge, deveria se realizar através e pelo trabalho, mas da forma como ocorre na sociedade capitalista, é degradado e aviltado, não é um trabalho que dignifica, não permite ao indivíduo usar todas as suas habilidades para criar e transformar a sua história. Pelo contrário, a partir do momento que o trabalho é separado em partes, ele se desqualifica e desqualifica o trabalhador, pois esse já não produz um objeto, mas somente parte dele. Aqui não utiliza mais sua capacidade teleológica enquanto ser social, pelo contrário, reduz-se a objetivar uma atividade condicionada e pré-determinada. (ANTUNES, 1997).

Impera na sociedade capitalista a idéia do valor, e por ela, a pessoa que trabalha é valorizada, possui utilidade. Segundo Netto e Braz (2008, p. 90), “a lei do valor passou a regular as relações econômicas quando a produção mercantil, sob o capitalismo, se universalizou”.

As pessoas que não trabalham, são desqualificadas e consideradas sem utilidade para o capital, ou seja, sem valor. Portanto, são “excluídas” das relações, visto que as relações na sociedade do capital são permeadas por questões econômicas, pela individualidade, pela auto-afirmação, pela característica do ter e não do ser.

O trabalho nesta sociedade não é visto como algo criador, transformador do ser social, mas sim, como meio de obter dinheiro para satisfazer suas necessidades e poder consumir os produtos que ele mesmo cria. Ter um trabalho na sociedade burguesa significa poder comprar, pois é através do trabalho que o indivíduo ganha o salário para consumir as mercadorias produzidas, e consumir consiste numa necessidade primordial na sociedade capitalista contemporânea.

Já sabemos que o objetivo do capitalista é obter lucro, mas suas ações de incremento da produção interferem negativamente na vida do trabalhador. As formas de organização das atividades dentro das unidades produtivas interferem na maneira de conceber o trabalho.

¹² O estranhamento refere-se à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana. (ANTUNES, p. 125, 1997).

De acordo com lamamoto (2001, p. 65), “nesta sociedade, o objetivo não é apenas produzir produtos ou serviços que satisfaçam necessidades sociais. O objetivo é também a produção da riqueza e a reprodução ampliada do capital inicialmente investido”.

Para que a produção da riqueza ocorra, o capitalista precisa aumentar a produção de excedentes, e o faz através da ampliação da jornada de trabalho, ou seja, aumenta o tempo de trabalho necessário para a produção do excedente, mas não altera o salário pago ao trabalhador. O tempo de trabalho necessário para manutenção do trabalhador permanece o mesmo, mas o tempo para a produção do excedente fica maior. A essa forma de incrementar a produção nomeia-se produção de mais valia absoluta. Todavia, esse modo de acumular excedente apresenta problemas para o capitalista, como o desgaste da força de trabalho devido à extensão do tempo trabalhado, às lutas e resistências por parte dos trabalhadores através do movimento operário, o que vai exigir a interferência do Estado na relação capital e trabalho para controlar e amenizar os conflitos entre trabalhadores e proprietários.

Há outras formas de obter a mais valia absoluta, através da intensificação do ritmo de trabalho por meio do controle e cronometragem do tempo para a realização de determinada tarefa, até a vigilância rigorosa dos atos dentro da unidade produtiva, para que o trabalhador não perca um minuto se quer de produção. Dessa maneira, o capitalista extrai do trabalhador uma maior quantidade produtos em menor tempo, sem aumentar o salário. (NETTO; BRAZ, 2008).

Outra maneira de o capitalista aumentar os lucros é se apropriando do desenvolvimento do conjunto das forças produtivas, ou seja, do desenvolvimento da ciência incentivando as inovações tecnológicas e conquistas científicas. A utilização e adaptação de máquinas tecnológicas desenvolvidas alavancaram a produção, diminuindo o tempo gasto com trabalho vivo e aumentando o tempo para a produção do trabalho excedente. Através desse processo o capitalista obtém a mais valia relativa. Independente se produz mais valia absoluta ou mais valia relativa, o capitalista sempre vai ganhar mais, gastar menos com salários, enquanto que o

trabalhador fica mais empobrecido, é mais explorado e espoliado, resultando na pauperização da *classe que vive do trabalho*¹³.

Concordamos com Netto e Braz (2008, p. 135) ao falarem que “[...] os trabalhadores experimentaram, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorreram necessariamente da essência exploradora da ordem do capital”. Na sociedade do capital quanto mais o trabalhador trabalha, quanto mais ele produz, mais ele fica desprovido das condições necessárias para a sua sobrevivência, quanto mais ele produz riqueza para os detentores do capital, mais ele empobrece. A sociedade fundada na propriedade privada dos meios de produção é caracterizada pela contradição, pela existência sempre de dois pólos, a pobreza e a riqueza, o possuidor e o despossuído, e enquanto ela permanecer como tal, essas contradições não podem ser eliminadas nem superadas, pois a sociedade capitalista só sobrevive pela exploração de uns por outros.

De acordo com essas colocações concordamos com Antunes (2002, p. 143):

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente no trabalho, o que seria um completo absurdo.

Portanto, verificamos que o trabalho da forma como é realizado e degradado não dignifica, pelo contrário, aprofunda as condições de existência de classes antagônicas. O trabalho na sociedade regida pelo capital não transforma o ser social, ele regride o homem a sua natureza orgânica, ou seja, trabalha somente para sobreviver.

2.3.1 Mudanças no Mundo do Trabalho

No período que denominamos de produção manufatureira, os trabalhadores eram reunidos num mesmo espaço e criavam seus produtos, pois as técnicas produtivas pertenciam tão e somente aos trabalhadores.

Por volta do século XVIII, com o advento das máquinas e o início da Revolução Industrial, o modo de produção capitalista vai eclodir e se consolidar. O

¹³ Inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. [...] Incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho

trabalho manufaturado vai ser substituído pela produção em massa através da introdução de máquinas, o processo de produção vai se modificar e fragmentar-se, cada trabalhador vai se especializar numa única atividade, e vai repeti-la durante toda a jornada de trabalho, onde não terá mais o controle da produção. O resultado será um aumento na produtividade com grandes lucros para o capitalista e uma maior exploração da força de trabalho, através da baixa nos salários e de uma grande parcela de pessoas desempregadas.

Esse modelo de produção capitalista vai se expandir e se aperfeiçoar e será denominado como padrão produtivo Taylorista/Fordista¹⁴, cuja característica é a intensificação do ritmo de trabalho, através da vigilância rigorosa dos trabalhadores e a cronometragem do tempo de produção, o trabalhador passa a ser um apêndice das máquinas, realizando uma atividade repetitiva e desqualificada.

Durante esse período, a produção vai gerar uma quantidade de produtos excedentes que não terá escoamento no mercado, ou seja, a produção de mercadorias será maior que a demanda. As lutas sociais na década de 1960 fizeram aumentar os salários dos trabalhadores ocasionando a queda da taxa de lucro, juntamente com a concentração de capitais através das fusões entre grandes empresas, ocasionando uma crise estrutural do capital. Isto vai desembocar na reorganização do sistema ideológico e político, através da apropriação dos preceitos do neoliberalismo, que tem como premissas a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo. (ANTUNES, 2002).

Na década de 1970, com a crise do modo produtivo taylorista/fordista, entrou em cena o modelo toyotista¹⁵, ou seja, formas flexíveis e fragmentadas de produzir. Esse novo modelo vai exigir um trabalhador polivalente e multifuncional, que realiza a tarefa de vários trabalhadores, resultando no enxugamento dos postos de trabalho, aumento do número de trabalhadores precarizados, terceirizados, sem qualificação,

coletivo assalariado. (ANTUNES, p. 102, 2002).

¹⁴ Padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril. (ANTUNES, p. 19, 1999).

¹⁵ Expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos e equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização e precarização do trabalho. (ANTUNES, p. 19, 1999).

os subempregados, os desempregados e do trabalho informal, é possível ainda verificar um crescimento do setor de serviços. Todas essas mudanças vieram para sustentar e elevar o capital aos patamares de produção e lucro que haviam ficado para trás em decorrência das crises estruturais. (ANTUNES, 1999).

O desenvolvimento da ciência, da tecnologia, o aperfeiçoamento dos processos de industrialização e as formas de acumulação flexível, trouxeram significativas mudanças na organização estrutural e no desenvolvimento da produção.

Em âmbito mundial, a partir dos anos 1970, com a investida neoliberal, mudanças vieram sendo implantadas. O modo de produção capitalista contemporâneo acentuou suas formas de segregação.

De acordo com Antunes (1999, p. 22):

O neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como o Fundo Monetário Internacional.

Com a revolução tecnológica a intenção do capital foi eliminar completamente o trabalho manual da indústria através da “subproletarização” do trabalho e o resultado é cada vez mais a precariedade do emprego, da remuneração e a desregulamentação das condições de trabalho e uma forte regressão dos direitos sociais que, aliás, com o desmonte do Welfare State vem se aplicando. (ANTUNES, 1999).

A atual tendência do mercado de trabalho é de reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra e sai facilmente, sendo demitida sem direitos. Nesse mercado de trabalho flexibilizado, competitivo e desregulamentado, amplia-se o processo de exclusão de parcelas da sociedade que acabam por aumentar o exército de reserva. Com isso, vem crescendo o número de desempregados, subempregados, empregados terceirizados, precarizados que ficam a margem do mercado de trabalho, e vêm seus direitos trabalhistas cada vez mais desregulamentados e espoliados. (ANTUNES, 2002).

É nesse contexto de desregulamentação e solapamento de direitos, na precarização do trabalho através da terceirização e subemprego, e no aumento do

“exército de reserva” que estão localizadas as pessoas com uma capacidade produtiva menos lucrativa para o capital, ou seja, encontram-se aí as pessoas com alguma deficiência, e que no decorrer do processo histórico, sempre foram deixadas de fora da sociedade, ficando a mercê da caridade e da assistência.

Nesta sociedade em que o modo de ser se desenvolve pela condição de classes antagônicas, onde parcelas da população são excluídas de participarem do processo de produção e reprodução da vida em sociedade e são arrastados pela correnteza do capitalismo, “ser diferente” e possuir uma limitação, significa não estar dentro dos padrões pré-definidos de normalidade, numa sociedade estereotipada, onde prevalece o ter e não o ser. Para o capital esses sujeitos que tem a capacidade reduzida de produzir riqueza, tornam-se descartáveis nesse jogo de forças. É no interior desse processo de exclusão que se encontram as pessoas com deficiência física, que consideradas inválidas e improdutivas pelo capital, ficam à margem do processo produtivo.

Portanto, o capital fundado na propriedade privada dos meios de produção, na exploração da força de trabalho e na relação de trabalho assalariado, impondo novas formas de organização produtiva, através da acumulação flexível, tem negado a essa população a possibilidade de participar do mercado de trabalho. Restando-lhes o emprego informal, os subempregos e os contratos de trabalho terceirizados que será o foco da análise no decorrer deste trabalho.

3 CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Pretende-se nesta seção, contextualizar a pessoa com deficiência física no processo histórico de desenvolvimento da sociedade, apresentando as formas de concepções que ganharam ao longo do tempo e que (des) construíram paradigmas que até hoje são enfrentados pelas pessoas com deficiência em geral.

3.1 CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA E DEFICIÊNCIA FÍSICA

A deficiência é um tema que vem sendo abordado por diferentes áreas do conhecimento, e é possível verificar na sociedade contemporânea um ranço de concepções preconceituosas que predominaram no passado e que por muito tempo estigmatizaram e caracterizaram as pessoas com alguma deficiência.

De acordo com Aranha (p. 10, 2007),

[...] o estado permanente de segregação e de exclusão a que estas foram submetidas tem determinado limites claros para seu desenvolvimento e, praticamente impossibilitado a construção de uma identidade positiva, de consciência crítica e do exercício da cidadania.

Este estado ainda se faz presente nos dias de hoje, quando as pessoas com deficiência são impossibilitadas de freqüentar o ensino regular devido à falta de professores especializados, por questões de acessibilidade, pela ausência de investimento do Estado em recursos materiais e humanos, não conseguindo proporcionar a esse público a inclusão nas atividades escolares nos mesmos espaços que as pessoas sem deficiência. Além disso, a ausência de serviços de saúde pública que propiciem a reabilitação, ou mesmo a melhoria na qualidade de vida das pessoas com alguma deficiência se constitui num problema que só vem agravar a situação de exclusão dessa população.

Para fins deste estudo, será utilizada a expressão “pessoa com deficiência” por estar de acordo com as orientações da Organização das Nações Unidas aprovada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 02 de julho de 2008, através do decreto nº 186/2008.

Na Busca de definir o que é “deficiência”, encontramos no decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004 que “pessoa com deficiência é aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade”. De acordo com Gugel (p. 29, 2007), “[...] esta concepção não reflete o reconhecimento de que a pessoa com deficiência é sujeito de direitos e, portanto, deve gozar das mesmas e todas as oportunidades disponíveis na sociedade, independente do tipo ou grau de sua deficiência”. Essa concepção que durante algum tempo foi utilizada para fazer menção às pessoas com deficiência, carrega em si, o estigma da impossibilidade e da incapacidade, corroborando para interpretações que subsidiam a segregação que perpassa a vida desses sujeitos.

Para Bartalotti (p. 46, 2006) “[...] a possível incapacidade, portanto, não está na deficiência em si, mas nas dificuldades que podem aparecer quando se confrontam as alterações relacionadas à deficiência com as demandas sociais”.

Em decorrência de alguns avanços com relação ao entendimento da pessoa com deficiência, em 08 de outubro de 2001, é promulgada a Convenção da Guatemala ou a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência pelo decreto 3.956. Este define deficiência como “[...] uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Definição considerada em conformidade com a teoria crítica que embasa este trabalho por não estar descolada do contexto histórico e por levar em conta as transformações contemporâneas da sociedade.

O referido decreto apresenta a seguinte definição para deficiência física:

[...] alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Para cada uma dessas categorias apresentam-se as seguintes definições:

Amputação – perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;
Paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores;
Paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;
Monoplegia – perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
Monoparesia – perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);
Tetraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
Tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;
Triplegia – perda total das funções motoras em três membros;
Triparesia – perda parcial das funções motoras em três membros;
Hemiplegia – perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
Hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);
Ostomia – intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de fezes e/ou urina; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário);
Paralisia Cerebral – lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;
Nanismo – deficiência acentuada no crescimento.

Quadro 1 - Classificação das Deficiências

Fonte: Ministério do Trabalho - Brasília, 2007

Como pode-se observar, são várias as classificações que englobam as deficiências físicas, mas é preciso também classificar as causas. De acordo com Alves (p. 35, 1992),

[...] as deficiências físicas podem ser divididas em duas espécies: congênitas, aquelas que acompanham o indivíduo desde a concepção, e adquiridas, todas que vierem a se estabelecer ou afetar os modos de ser do físico da pessoa “normal”, ao longo de sua existência.

Embora a sociedade generalize e muitas vezes não leve em consideração esses fatos, vale salientar que existem diferenças, e que a maneira como as pessoas com deficiência, seja ela de natureza congênita ou adquirida se percebem, implica em particularidades e especificidades que interferem na forma de ser de cada um.

De acordo com o IBGE (2000), cerca de 24,6 milhões de pessoas declararam ter alguma deficiência, correspondendo 14,5% da população total. Pessoas com deficiência física somaram 1.416.060, números que aumentam a cada ano, tanto pela quantidade de vítimas de acidentes de trânsito como por acidentes de trabalho, ou outros fatores que podem gerar seqüelas físicas.

A partir da definição e da exposição dos números com relação à pessoa com deficiência física, convêm a partir do próximo item situá-las dentro do contexto societário através da história, apresentando o longo caminho de estigma e segregação que marcaram a trajetória desses sujeitos.

3.2 CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Os problemas que envolvem as pessoas com deficiência, acompanham a humanidade desde os primórdios da civilização. De acordo com autores como Carmo (1991) e Alves (1992), nas sociedades primitivas onde predominava a caça e a pesca, por questão de sobrevivência, algumas tribos abandonavam as pessoas com deficiência, os doentes e idosos, que acabavam morrendo por falta de alimentos ou devorados por animais ferozes. Como o nomadismo predominava nessa época, esses sujeitos pela dependência, acabavam “atrapalhando” e colocando em situação de risco todos os componentes das tribos devido aos perigos que a época oferecia, assim, eram deixados em lugares desertos. Essas práticas constituem o conceito de exclusão quando este trás o significado de eliminação, ou seja, se desfazer de algo que “incomoda”.

Na Idade Média as deformações físicas eram concebidas como algo sobrenatural. As civilizações encaravam como uma possessão demoníaca ou como castigo divino¹⁶. Assim como na sociedade primitiva, as pessoas com alguma deficiência eram eliminadas pelo sacrifício de sua vida ou pelo abandono, aqui não mais pela questão de sobrevivência, mas pela falta de conhecimento sobre as doenças, pelo receio do desconhecido e por concepções religiosas preconceituosas. As deficiências nessa época não pertenciam ao âmbito do mundo humano, eram vistas como algo sobrenatural e precisavam ser eliminadas para que não contaminasse outras pessoas. (CARMO, 1991). Durante esse período perdurou a idéia de que estas pessoas carregavam a “culpa do pecado” de vidas passadas e voltaram pra pagar suas dívidas divinas, vindo com alguma deformidade. É possível ainda nos dias de hoje, em algumas religiões, ver seus dirigentes quando se referem as pessoas com alguma deficiência, fazer esse tipo de afirmação.

No final da Idade Média, com o fortalecimento do cristianismo, é difundida a idéia de que todos são filhos de Deus, impedindo a eliminação pura e simples das pessoas com deficiência. Nessa época, foram criados pelos senhores feudais e governantes detentores do poder em cooperação com a igreja, hospitais e abrigos,

¹⁶ BARTALOTTI, Celina Camargo. 2006

espaços assistenciais e organizações religiosas que passaram a atender para o tratamento e cuidado dessas pessoas.

Já nesse período algumas profissões começaram a ser exercidas por pessoas com alguma deficiência, como os massagistas no Japão no século IX, que eram “deficientes” visuais, e os “bobos da corte” que desempenhavam atividades para animar e divertir e eram realizadas por anões ou corcundas, por possuírem uma aparência grotesca e por ser-lhes atribuída características de menos inteligentes. (ALVES, 1992).

Em 1531 na Inglaterra, com o enfraquecimento do regime feudal e o rompimento das relações eclesiásticas do Rei Henrique VIII com o Vaticano, foi posta em vigor a “Lei dos Pobres”. O sistema de abrigo e tratamento das pessoas com deficiência até então mantido pelos feudos e mosteiros passaram à responsabilidade do Estado. Essa lei permitia aos juízes conceder permissão para que pessoas idosas abandonadas e pessoas com deformidades físicas pedissem esmolas. Também foram organizados “fundos privados” a partir de um sistema de cobrança de providências, em que se colocava como uma obrigação social a ajuda as pessoas inválidas. (ALVES, 1992).

Em 1723 a “lei dos pobres” foi revista e criaram-se as casas de trabalho ou oficinas – workhouse – para as pessoas com deficiência, mas em virtude da pobreza extrema que vigorava, os pobres é que tomaram conta desses lugares e as pessoas com deficiência ficaram de fora desse processo. (ALVES, 1992).

Mesmo mudando a concepção sobre as deformidades, durante muito tempo perdurou a idéia de sobrenatural que resultava ainda em práticas de isolamento e exorcismo.

É no Renascimento, com o florescimento das artes e da busca pelo conhecimento, que surge a preocupação com o indivíduo. Inicia-se o período das chamadas concepções científicas sobre a deficiência. As deficiências que até então eram caracterizadas como possessões demoníacas passam a ser encaradas como doenças, e as explicações antes atribuídas aos deuses, passam a pertencer aos aspectos físicos e biológicos, aos males do corpo.

No final do século XVIII, e início do século XIX, assiste-se à evolução da medicina, dos conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento do ser humano e sobre os males que podem provocar alterações nesse desenvolvimento. As pessoas com deficiência passam a ter direito a tratamento, o que contribui para o

desenvolvimento de técnicas e o surgimento de instituições especializadas. (BARTALOTTI, 2006).

Neste período, na Europa, começam a ser criados instrumentos de apoio na busca de superar os limites colocados pelas deficiências, como, a primeira cadeira de roda criada pelo alemão Stephen Farfler, vítima de paralisia, que ele construiu para poder ter acesso ao trabalho e aos passeios. Além desta, também foram criadas, com o intuito de diminuir os obstáculos das pessoas com deficiência física, obras individuais como muletas, bengalas ou bastões de apoio, calçados especiais, coletes, próteses, macas e camas móveis, cadeiras especiais, carros adaptados. Vale ressaltar que também nesse período foi inventado o sistema de comunicação em braile por Louis Braille permitindo a comunicação das pessoas com deficiência visual através da escrita e leitura. (ALVES, 1992).

Outro fator que contribuiu para que as pessoas com deficiência deixassem de ser rotuladas como inúteis e imprestáveis, foi quando pessoas com deficiência se tornaram grandes personalidades, se destacando pelas suas obras, tanto no campo das artes como das ciências. No primeiro podemos citar Ludwig Van Beethoven que nos últimos anos de sua vida perdeu totalmente a audição e, no entanto compôs famosas sinfonias. Antonio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho”, foi vítima de uma Tromboangite obliterante, que causou ulcerações nas mãos resultando em perda e imobilização dos dedos, para realizar suas obras, eram amarrados os instrumentos em suas mãos. Já no campo das ciências, temos Galileu Galilei que revolucionou o mundo com a teoria heliocêntrica, ficou cego nos últimos quatro anos de sua vida, mas mesmo assim continuou estudando e pesquisando. Destaque também para Johannes Kepler, astrônomo alemão, desenvolveu vários estudos sobre o movimento dos planetas, ele possuía uma deficiência visual causada pelo sarampo aos quatro anos de idade. (CARMO, 1991).

Nos séculos XIX e XX, foram criadas instituições que visavam solucionar os impedimentos para o trabalho das pessoas com deficiência física em vários países. Dentre eles “Relief of Ruptured and Crippled”, hoje é o New York Hospital for Special Surgery, em Manhattan, um dos melhores do mundo para pacientes com deficiência física. Na Dinamarca (1872) cria-se a Sociedade Lar para Defeituosos, que aproveitava a força de trabalho em potencial das pessoas com deficiência. Na Alemanha (1885), o pastor Hoppe criou uma escola de ofício para crianças com deficiência, que posteriormente foi transformada num lar para pessoas com

deficiência aprenderem profissões diversas. No Brasil foi criado através do Imperador D. Pedro II, o Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos-Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria. (ALVES, 1992).

A Revolução Industrial marcou significativamente a relação de trabalho das pessoas com deficiência física. Até esse período a maioria das deficiências era de origem congênita, poucas se tratavam de seqüelas de acidentes de guerra, e outras por doenças graves e epidemias. A partir desse período com o advento das máquinas, as deficiências passam a ter também como causa os acidentes de trabalho e as doenças procedentes da nova forma de produção.

A condição sub-humana do proletariado no período da Revolução Industrial é bem representado nesta afirmação de (VIANNA 1991, p. 35 apud ALVES, 1992, p. 28):

No seu inframundo repululava a população operária: era toda uma ralé fatigada, sórdida, andrajosa, esgotada pelo trabalho e pela subalimentação; inteiramente afastada das magistraturas do Estado; "...estropiada pelos acidentes sem reparação, abatida pela miséria sem socorro; torturada na desesperança da invalidez e da velhice sem pão, sem abrigo, sem amparo".

Essa situação era agravada pelo aumento das desigualdades. O proletariado precisava vender sua força de trabalho para sua subsistência enquanto que os donos dos meios de produção, detentores do capital, acumulavam riquezas, e o Estado agia com "neutralidade" diante desta situação. Nesse período começam a surgir os primeiros movimentos sociais que lutavam por direitos em favor dos trabalhadores.

Em 1884, Otto Von Bismark, criou na Alemanha uma lei que visava proteger os acidentados de trabalho sendo seguido por outros países, buscando a reabilitação e readaptação dos trabalhadores acometidos pelos infortúnios causados pelos acidentes nas indústrias. (ALVES, 1992).

No século XX, com o avanço dos estudos da psicologia, da educação, da sociologia, tem-se uma nova visão das deficiências, além das causas já citadas anteriormente, os pesquisadores passam a estudar a influência do meio social, a partir daí a deficiência deixa de ser vista como doença ligada apenas ao corpo do sujeito, e passa a ser vista como uma condição fruto das interações do sujeito com o meio no qual ele vive. (BARTALOTTI, 2006).

Como afirma Carmo (p. 26, 1991),

[...] apesar das evidentes demonstrações de capacidades e habilidades dos vários “deficientes” ilustres, através da história, a situação dessas pessoas, principalmente as pertencentes às camadas mais baixas da sociedade, continuou a mesma, isto é, eram marginalizadas e discriminadas. A grande maioria das instituições e organizações de reabilitação criadas para atender os pobres, velhos e paralíticos, pautavam seu trabalho numa filosofia assistencialista, filantrópica e segregacionista.

Observamos no decorrer deste resgate histórico que desde o início, as pessoas com deficiência eram caracterizadas como inválidas e inúteis. Como um fardo, pesado e incômodo para a sociedade. Eram excluídas e deixadas a mercê da sorte, seu destino era a morte cruel. Mesmo com a transformação e evolução das sociedades, esses sujeitos continuaram estigmatizados e dependendo da caridade e da assistência, principalmente aqueles pertencentes às camadas pobres da população.

Veremos no próximo item como se deram essas mudanças no Brasil, e quais foram os fatores determinantes que deixaram heranças carregadas de discriminação, injustiça e segregação.

3.2.1 As pessoas com deficiência física no Brasil

No Brasil, ao longo dos períodos coloniais e imperiais foram raros os casos de deficiência entre os indígenas, sendo mais comuns casos de anomalias como conseqüências de guerras ou acidentes na selva (CARMO, 1991). Quando se tratava de deficiências congênitas, as crianças eram sacrificadas pelos pais após o nascimento, não tendo registro de deficiências congênitas entre os adultos. Os principais casos de anomalias na época como cegueira noturna, raquitismo, beribéri e outras eram encontradas na população branca, causados pela carência alimentar. Dentre os escravos, os casos de invalidez encontrados na época, tinham como causas os maus tratos, castigos físicos ou acidentes de trabalho ocorridos no interior dos engenhos ou lavouras de cana.

Não há registros até 1850 sobre a atuação do Estado no campo da assistência ou reabilitação das pessoas com deficiência. Outro fato importante a destacar, de acordo com (SANTOS FILHO, 1977, p. 3 apud CARMO, 1991, p. 27):

[...] ao estudar o passado brasileiro no campo especializado da Medicina, assente-se, de início, que nos quatro primeiros séculos não houve

propriamente “medicina brasileira”, dado que as condições culturais e econômicas vigentes no país no tempo relativamente exíguo de sua existência, a partir de 1500, não ensejaram a formação de uma ciência nacional, própria.

Em 1854, D. Pedro II ordenou a construção de três organizações destinadas ao atendimento e amparo de pessoas com deficiência: o Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos-Mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria. Este último foi um marco de nascimento das relações de trabalho para as pessoas com deficiência física no Brasil. Foi criado a partir da guerra do Paraguai pelos filiados e diretores membros da Comissão da Praça do Comércio do Rio de Janeiro com a finalidade de amparar os oficiais, cadetes e soldados mutilados pela guerra do Paraguai que não tinham mais condições de atuar no serviço militar. Esse asilo era mantido pelo Estado Imperial através de normas militares, que regulamentavam o trabalho das pessoas com deficiência nesse período, obrigavam os asilados ao trabalho e à contribuição financeira, através de descontos nas pensões recebidas do tesouro nacional. Com o fim da guerra do Paraguai, o asilo fica esquecido por um longo período, reativado com a guerra dos Canudos. Após a promulgação da república o asilo perdeu a utilidade, foi abandonado e desativado definitivamente em 1976. (ALVES, 1992).

Do início do século XX até os dias atuais não houve significativas mudanças no campo da atenção para as pessoas com deficiência no Brasil. Situação que não foi alterada, mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que foi nomeada de Constituição Cidadã, deve-se considerar que a maioria da população brasileira continua tendo dificuldades para acessar serviços de saúde, educação, saneamento, moradia, etc.

De acordo com Carmo (1991, p. 29),

[...] o caos generalizado em que se encontram os deficientes físicos no Brasil, em termos de prevenção, assistência médica e reabilitação é reconhecido textual e publicamente pela quase totalidade dos documentos divulgados por secretarias especiais, comitês, comissões e outros organismos especificamente criados pelo Estado para tratar das questões relativas aos “deficientes.

Essa afirmação nos remete a análise de que a escassez das políticas de saúde são determinantes para o agravamento e a dificuldade de recuperação e reabilitação das pessoas acometidas com alguma deficiência física, sejam elas de natureza congênita ou adquirida.

Buscando resgatar algumas ações governamentais que se referissem às pessoas com deficiência física ao longo da história brasileira, encontramos em Carmo (1991), a Portaria Ministerial nº 13, de 01 de fevereiro de 1938, combinada com o decreto 21.241/38, artigo 27 letra b, item 10, “[...] estabelece a proibição da matrícula em estabelecimento de ensino secundário, de alunos cujo estado patológico os impeça permanentemente das aulas de educação física”. Segundo o mesmo autor, esta norma não só excluía a pessoa com deficiência física das aulas de educação física, como também da escola.

Quando se deu a publicação dessa portaria, na década de 1930, predominava no Brasil princípios militares e higienistas que tinha como parâmetros a eugenia da raça, buscando a perfeição do corpo. No governo Vargas, conforme Carmo (p. 31, 1991), “[...] o conceito de “aptidão física” deveria aproximar-se ao máximo ao de raça pura, saudável, bela e preparada para o trabalho e luta em prol da pátria amada”.

A economia brasileira nesse período deixava de ser agroexportadora e passava para urbano-industrial, exigindo trabalhadores astutos, eficientes e com um “corpo são”. Precisava de homens e mulheres fortes e ágeis que estivessem preparados para suportar horas de trabalho nas fábricas. Como podemos ver o estereótipo de homem com “corpo perfeito” é peça fundamental e necessária para o sistema econômico emergente. (CARMO, 1991).

Desse período até a década de setenta, as legislações voltadas à pessoa com deficiência eram escassas, e nenhuma mudança significativa em favor desses sujeitos aconteceu.

No trabalho de Alves (1992), ele apresenta a emenda constitucional nº 000012, de 10 de outubro de 1978, que altera a constituição federal de 1969, artigo único:

[...] é assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante:

- I. Educação especial gratuita;
- II. Assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do país;
- III. Proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV. Possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Mesmo com essa emenda a pessoa com deficiência só vai ter sua luta fortalecida a partir da criação da Comissão Nacional do “Ano Internacional das

Pessoas Deficientes - AIPD”, quando o Estado brasileiro inicia um processo de construção política de direitos às pessoas com deficiência.

A partir de 1981, ano internacional da pessoa com deficiência, declarado pela ONU – Organização das Nações Unidas em sua Resolução nº 31/123 de 1976, iniciou-se um processo de construção de direitos de igualdade mundialmente, e aqui no Brasil a ditadura era deixada para trás iniciando um processo de construção de um país democrático. Devido a uma dupla pressão, tanto da ONU como de associações de pessoas com deficiência que se formavam, o Estado viu-se obrigado a cumprir as especificações do Plano de Ação a curto, médio e longo prazo, que determinava: “conscientização; prevenção; educação; reabilitação; capacitação profissional e acesso ao trabalho; remoção de barreiras arquitetônicas; legislação”¹⁷. (CARMO, 1991).

Para efeito de destaque desse período em relação ao acesso ao trabalho das pessoas com deficiência, tem-se a elaboração de diferentes projetos baseados na preocupação dos empresários em oportunizar vagas, sem reduzir o nível de produtividade. Um dos projetos era o

[...] desenvolvimento de trabalhos de análise ocupacional, objetivando eleger ocupações existentes no mercado de trabalho no país, que possam ser desempenhadas por pessoas com deficiência, sem a necessidade de adequação ou adaptação, bem como outras que exigem modificações”. (CARMO, p. 36, 1991).

Verifica-se que a qualificação em “produtivo e improdutivo” sempre permeou as análises a respeito da pessoa com deficiência, colocando-as numa situação de inferioridade e sem serventia. Até hoje esses sujeitos carregam essas concepções como estigma, que os coloca na necessidade de provar à sociedade que são úteis e capazes.

De acordo com Nambu (p. 09, 2007),

O sistema produtivo é peça importante neste processo, já que é no âmbito sócio-político-econômico que se cria o sistema de valoração a partir do qual as pessoas são socialmente avaliadas e, é na trama complexa das relações sociais que se constrói a identidade pessoal e social dos indivíduos.

Perante o que foi exposto, podemos afirmar em concordância com os autores citados que a atenção à pessoa com deficiência aconteceu e acontece de forma lenta e fragmentada. O Estado democrático de direito, sonhado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ainda está longe de ser alcançado,

principalmente porque o desenvolvimento da sociedade acontece de acordo com as alterações econômicas que vem ocorrendo no âmbito mundial subordinadas aos ditames neoliberalistas.

Ressaltamos aqui o processo de exclusão que sempre esteve presente na história da sociedade, através de práticas discriminatórias que predominam até os dias de hoje. A segregação e a exclusão que perpassam a vida da população com deficiência sempre esteve relacionado às relações sociais e ao modo de produção vigente, subtraindo desses sujeitos o direito à participação da vida em sociedade. O fato de, ao longo da história, esses sujeitos terem sido impedidos de participar do processo educacional, explica e justifica a falta de escolaridade e a cultura de não participação no ensino regular, e que hoje vem sendo utilizado pelo capital como prerrogativa para a não empregabilidade dessa força de trabalho.

3.3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E O MERCADO DE TRABALHO

Primeiramente convém citarmos o artigo 6º da Constituição Federal de 1988 que apresenta como sendo direitos sociais, “[...] a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. A partir dos preceitos da Constituição e da luta das pessoas com deficiência para sua inclusão de forma digna na vida em sociedade, é sancionada na década de 1990 a “Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”, regulamentada pelo decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, que prevê em seu artigo 28 o acesso da pessoa com deficiência à educação profissional “[...] a fim de obter habilitação profissional que lhe proporcione oportunidades de acesso ao mercado de trabalho”, e o artigo 34 do mesmo prevê “a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido”.

¹⁷ BRASIL. MEC. CENESP. RELATÓRIO de atividades da comissão nacional do ano internacional das pessoas deficientes, op. Cit., p. 8.

Desde então outras regulamentações surgiram em consonância com as anteriores, contribuindo para a diminuição da situação de desigualdade social em que se encontram as pessoas com deficiência.

Com a criação da lei “Lei de Cotas”, lei 8213/99, que prevê a contratação por empresas com 100 funcionários ou mais de uma porcentagem de pessoas com deficiência, esperava-se um aumento significativo de pessoas com deficiência empregadas, mas de acordo com estudos realizados pelo CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 45% das vagas do emprego formal estão em empresas de menor porte, não sujeitas à legislação. Isso nos remete a análise de que mesmo com a obrigatoriedade da contratação, a lei não vem sendo cumprida, tanto pela falta de fiscalização dos órgãos competentes como pelos empresários que burlam a lei. Constata-se que parte dessas pessoas ainda continua excluída do mercado formal de trabalho.

Outro fator que deve ser considerado são as transformações ocorridas no início da década de 1990, sobre o impacto da política econômica implantada pelo governo Collor, com o discurso da estabilização econômica e a globalização, mudanças significativas ocorreram na sociedade brasileira e nas relações de trabalho no país.

A partir do acordo com os organismos internacionais denominado de Consenso de Washington, que tem como prioridade a estabilidade econômica, iniciam-se as privatizações de empresas estatais para o capital internacional e reformas estruturais, bem como um retraimento do Estado na execução de políticas públicas e na garantia de direitos.

As mudanças também ocorrem no âmbito do trabalho, além do desemprego estrutural, entram em cena as novas formas de acumulação flexível e com ela formas precarizadas de trabalho, através da terceirização e subcontratação. Formas desregulamentadas que aumentam a exploração da força de trabalho diminuindo os salários, através de contratos de trabalho temporários e com o mínimo de direitos possível.

É sob o viés da terceirização que faremos a análise deste trabalho, apresentando a partir da próxima seção um retrato de como vem ocorrendo a inserção da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho.

4 A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO MERCADO DE TRABALHO NAS EMPRESAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Pretende-se nesta seção apresentar a pesquisa realizada através dos dados coletados junto aos funcionários terceirizados da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF, contratados mediante requisito “pessoa com deficiência”.

4.1 A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO ATRAVÉS DA ASSOCIAÇÃO

A pessoa com deficiência como vimos no item anterior, a partir do ano 1981, declarado pela ONU como ano internacional da pessoa com deficiência, tem buscado formas para fazer valer seus direitos, fortalecendo o papel coletivo através das associações que os representam. É através dessas organizações que muitas vezes a pessoa com deficiência física consegue se inserir no mercado de trabalho, mesmo que de forma precária, através de contratos de serviço temporários.

Abordaremos neste item como acontece a contratação de pessoas com deficiência física através da Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos - AFLODEF.

A AFLODEF é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como objetivo a inclusão social de pessoas com deficiência física e em vulnerabilidade social. Um dos seus propósitos, como entidade que luta em defesa dos direitos da pessoa com deficiência física é o acesso a cidadania através do encaminhamento ao mercado de trabalho, por meio de contratos de prestação de serviços terceirizados com empresas e órgãos estatais, e também através de um cadastro de vagas encaminhadas por empresas privadas que precisam cumprir a “lei de cotas”.

A inserção no mercado de trabalho através da associação tem sido uma tentativa de “amenizar as diferenças”, mesmo que esta venha ocorrendo de forma

precária. Para Lima (p. 106, 2008), “[...] a intermediação da mão de obra por associações, na forma de estágio e da inserção seletiva, tem sido exagerada e injustificada. Os trabalhadores com deficiência têm recebido salários reduzidos e tratamentos discriminatórios”.

Ao propor a inclusão da pessoa com deficiência física, a associação, conforme foi observado durante período de estágio tem reforçado o caráter assistencialista e de caridade, ressaltando a idéia de que a pessoa com deficiência física precisa de uma “oportunidade”. Isso contraria a lógica do direito constitucional que assegura como direito de todos o acesso ao trabalho. Percebe-se um despreparo e até mesmo uma ausência de visão crítica da realidade pelos profissionais que atuam na associação, pois ainda vêem os seus usuários como “coitadinhos”, que precisam ser ajudados, prevalecendo à idéia da “boa ação” e do exercício da “ajuda”.

De acordo com Lima (p. 106, 2008), “[...] a visão assistencialista predominante na legislação e nas próprias entidades dedicadas à atuação com deficientes tem impedido a verdadeira integração”.

Convém pensar a atuação dessas associações numa verdadeira perspectiva de inclusão e reconhecimento de direitos, que possibilite a desconstrução de paradigmas excludentes, embasada pelos direitos constitucionais garantindo o acesso dessas pessoas a políticas públicas desmontando o sistema desigual.

De acordo com dados obtidos na associação, a pessoa que tem interesse em trabalhar, procura a associação e preenche um currículo que ficará disponível para seleção e quando surgir uma vaga, a pessoa é encaminhada para entrevista.

Para realização desta pesquisa foram entrevistados os funcionários contratados pela associação para a prestação de serviços terceirizados. A opção pelos funcionários terceirizados foi pela possibilidade de abranger um número maior de entrevistados, pela questão do acesso facilitado a estas pessoas, através da associação, pela discussão proposta acerca das formas de inserção no mercado de trabalho e das mudanças no mundo do trabalho a partir dos ditames neoliberalistas implantados no Brasil na década de noventa.

A associação mantém contrato de prestação de serviços com as seguintes organizações: Correios, Cobra Tecnologia/Besc, Secretaria de Segurança Pública de SC e Polícia Civil, além dos banheiros públicos no terminal antigo e mercado

público. Também há duas funcionárias na sede da associação. Totalizando 83 funcionários contratados com alguma deficiência física.

As vagas destinadas para contratação são na área administrativa (auxiliar), como digitador e serviços gerais.

ORGANIZAÇÃO	AUX. ADMINISTRATIVO	DIGITADOR	TELEFONISTA	SERVIÇOS GERAIS
Polícia Civil	-	18	-	-
SSP – SC	-	06	-	-
Correios	26	-	-	-
Cobra Tecnologia/BESC	23	-	-	-
Banheiros Públicos	-	-	-	09
Sede	-	-	01	-
TOTAL	49	24	01	09

Quadro 2 - Distribuição das vagas

Fonte: Aflodef

O objetivo é apresentar como vem ocorrendo a inserção da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho, e o que significa para esses sujeitos ter um “emprego”, numa sociedade em que a identidade e as relações sociais são construídas a partir das relações de trabalho.

No próximo item, serão apresentados os dados obtidos através de entrevistas com os funcionários nos seus locais de trabalho.

4.2 RETRATO DA CONTRATAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

A pesquisa foi realizada através de entrevistas com os funcionários com alguma deficiência física contratados para a prestação de serviços terceirizados. Do total de 83 funcionários, foram entrevistados 44, escolhidos aleatoriamente entre as organizações. As entrevistas aconteceram entre o período de agosto a outubro de 2009, e os dados foram obtidos através de um questionário estruturado, com perguntas simples que compunham o cotidiano dos trabalhadores.

Organizações	Entrevistados	Salário
Polícia Civil	04	R\$ 562,25
SSP – SC	04	R\$ 558,23
Correios	14	R\$ 505,00
Cobra Tecnologia/BESC	15	R\$ 545,00 + 109,00 Insalubridade
Banheiros Públicos	06	R\$ 505, 00 + 101,00 Insalubridade
Sede	01	R\$ 562,25

Quadro 3 - Funcionários entrevistados conforme local de trabalho

Fonte: Pesquisa de campo.

Do total de funcionários entrevistados, encontramos algumas colocações que serão pontuadas para uma reflexão sobre como vem ocorrendo a inserção da pessoa com deficiência física no mercado de trabalho, sabendo que a lógica do capital considera essa força de trabalho “menos produtiva” por possuir algumas limitações. A presença do preconceito e a discriminação são fatores recorrentes, presentes na sociedade e vencer esses obstáculos é um desafio a ser enfrentado pelas pessoas com algum tipo deficiência.

Através das visitas aos locais de trabalho e das respostas obtidas, foi possível perceber, que mesmo tendo avanços em alguns aspectos com relação à contratação de pessoas com deficiência física, como a “lei de cotas” e a obrigatoriedade das empresas de contratarem um percentual de pessoas com alguma deficiência, ainda é reservado a essa força de trabalho, aquele emprego precário, repetitivo, mecanizado, ou seja, atividades de baixo nível social, com o recebimento de proventos ficando entorno de até um salário mínimo e meio.

De acordo com Aranha (p.10, 2007),

[...] em uma sociedade em que as relações de produção são organizadas de forma a utilizar-se mecanicamente do fazer do homem, e não do seu pensar e ativa participação, instala-se um processo de coisificação no qual o homem desenvolve o sentimento de menor valia, de impotência, de membro social de segunda categoria.

Ficou evidente a utilização dessa força de trabalho como “mão-de-obra barata”, que na ânsia de “ter um trabalho”, se sujeita a aceitar o que lhe sobra, mesmo sem ter perspectivas de crescimento evolução e desenvolvimento. Aliás, essa é a lógica do capital, a criação de um exército de trabalhadores

desempregados, que ficam disponíveis no mercado possibilitando aos capitalistas manuseá-los como fantoches num jogo de forças em que o ganhador é sempre a classe detentora do capital.

Seguindo o questionário utilizado, com relação às pessoas com deficiência física contratadas, notamos que não há uma grande diferença entre a contratação de mulheres ou homens. O percentual de mulheres contratadas foi maior, mas a margem é muito pequena. Outro fato que podemos salientar é que em se tratando da questão salarial, sabe-se que o número de mulheres empregadas vem aumentando, mas o salário não se iguala aos dos homens.

De acordo com Antunes (p. 24, 1999), “[...] vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado”.

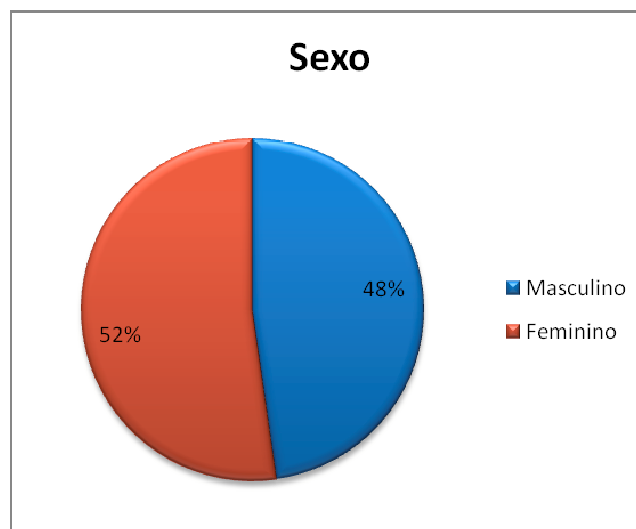


Gráfico 1 - Pessoas com Deficiência Física contratadas conforme o sexo Grande Florianópolis - 2009

Fonte: Pesquisa de campo.

No caso que analisamos, por tratar-se de um salário relativamente baixo, talvez possa explicar o número maior de mulheres, que pela condição de deficiente e ainda pela questão de gênero acabam se sujeitando a aceitar um emprego com baixa remuneração.

Com relação à idade, os dados mostram um percentual maior entre a faixa etária de 20 a 30 e um percentual menor entre a faixa etária 51 a 60 como indica o gráfico abaixo:

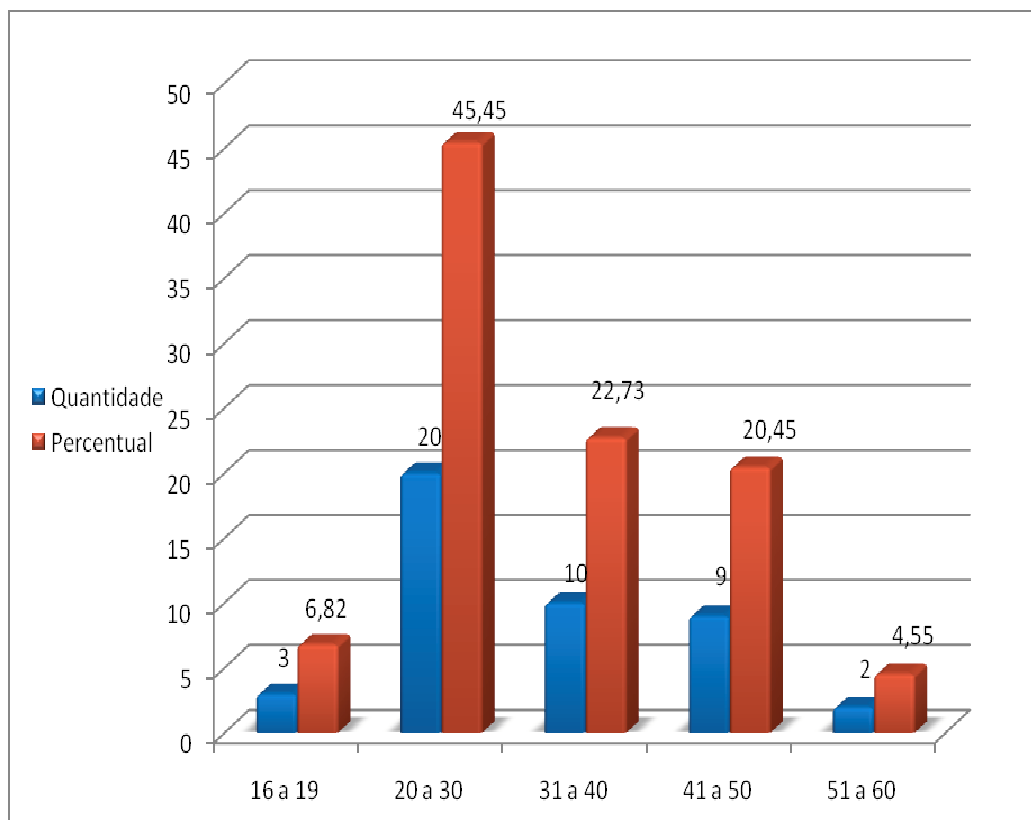


Gráfico 2 - Pessoas com Deficiência Física contratadas segundo a faixa etária Grande Florianópolis - 2009

Fonte: Pesquisa de campo.

Esses números indicam que a faixa etária de maior empregabilidade, é igual aos dados das pessoas sem deficiência, de acordo com o IBGE (2002). Isso confirma os escritos de Antunes (1999), quando este afirma que os jovens e pessoas de meia idade têm sido excluídos do mercado de trabalho. Ou seja, podemos entender que para o capital a fase intermediária da vida que varia entre os 20 aos 40, é de maior “rendimento”, pois são a maioria no mercado de trabalho.

Com relação à escolaridade, percebemos um maior número de trabalhadores com o ensino médio completo, mesmo sendo uma formação relevante, a maioria informou que terminou o ensino médio há pouco tempo, e por supletivo, ou seja, tiveram uma formação precária. Uma vez que, na formação em ensino supletivo, o aluno conclui em um ano e meio o que deveria estudar em três

anos, e portanto, não há como concordar que a formação seja a mesma do ensino regular, que já é defasada na rede pública de ensino.

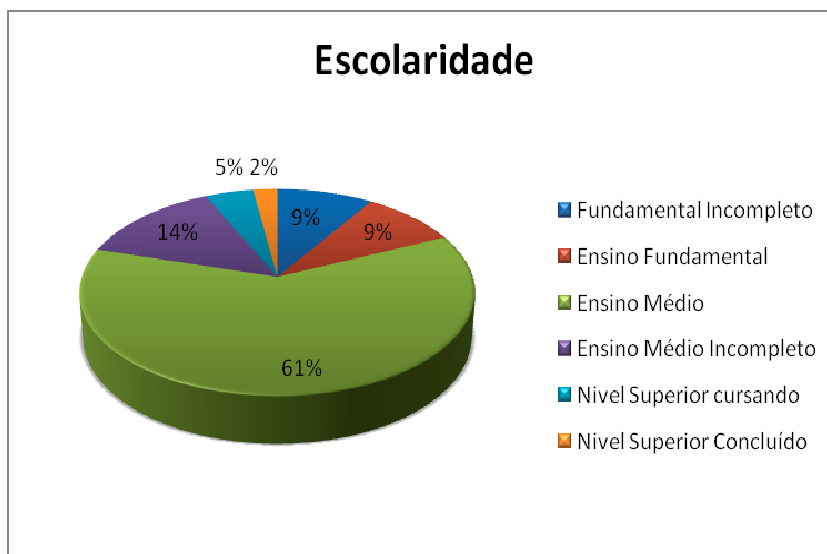


Gráfico 3 - Pessoas com Deficiência Física contratadas segundo a escolaridade - Grande Florianópolis - 2009

Fonte: Pesquisa de campo.

Esses dados fazem retomar as informações da seção anterior, quando tratamos sobre a não participação das pessoas com deficiência no processo educacional, visto que só a partir da Constituição Federal de 1988, isso passou a ser um direito, e mesmo assim, as escolas da rede pública ainda estão construindo um processo de adaptação com perspectivas de inclusão, a fim de receber e manter em seus espaços pessoas com alguma deficiência. Para que isso ocorra, se faz necessário que o Estado assuma suas responsabilidades e invista recursos tanto na área material como humana, pois sabemos que há um despreparo dos profissionais na área da educação e até a não valorização desses profissionais, que recebem baixos salários.

A escolaridade tem sido a condição e a válvula de escape pelas empresas para justificar a não contratação de pessoas com deficiência física, alegando que a baixa escolaridade é o fator que tem impedido esses sujeitos de se inserirem no mercado de trabalho. Sabemos que a lógica do capital cria um número considerável

de desempregados, e que mesmo tendo uma capacitação, esta não significa passaporte para um bom emprego.

Dos trabalhadores entrevistados, a maioria tem interesse em continuar os estudos, mas pela dificuldade financeira, pela questão de disponibilidade de tempo, acabam optando por atrasar um pouco mais a formação.



Gráfico 4 - Pessoas com Deficiência Física entrevistadas e com interesse em continuar os estudos - Grande Florianópolis - 2009

Fonte: Pesquisa de campo.

Dos 20% que responderam que não queriam continuar, as respostas obtidas foram “*por preguiça*”, “*tenho dificuldades de gravar as coisas*”, “*já passei do tempo*”, “*minha prioridade são meus filhos*”. Percebemos nas falas dos entrevistados, certo desânimo diante das perspectivas de melhoria de vida, já tão estigmatizados e embrutecidos pelas condições de exploração, subalternidade e discriminação, que manter-se onde estão pode ser uma melhor opção, na pior das hipóteses. Essas falas podem ocultar certo receio com relação à discriminação, pois, dos que responderam que não queriam voltar a estudar, a maioria está na faixa etária de 40 anos ou mais, e voltar para a sala de aula numa idade mais avançada e ainda com alguma deficiência, numa sociedade como a atual, em que a “*beleza e a jovialidade*” são fatores determinantes para aceitação do outro, pode significar correr o risco de ser duplamente discriminado. Como afirma Bartalotti (p. 48, 2006), “[...] nossa sociedade é extremamente competitiva e erigida sobre valores que nos obrigam, constantemente, a nos comparar com o outro, a nos adequar a padrões preestabelecidos, a atingir expectativas que nos foram impostas”.

Convém ainda pensar sobre a dinâmica de vida desses sujeitos, quando falam na falta de interesse em continuar os estudos, é preciso antes de fazer alguma análise, conhecer o contexto familiar em que vivem, quais as demandas e funções que desempenham ao chegar em casa depois de uma jornada de trabalho. Não podemos dizer que é falta de interesse, mas consequência de uma vida perpassada por situações de pobreza, vulnerabilidade e recessão.

Com relação aos tipos de deficiência, notamos que as pessoas contratadas geralmente possuem uma “deficiência leve”, que não necessitam de apoio ou adaptação, sendo que apenas duas pessoas citaram mudanças na estrutura para recebê-las. Quando se fala em “deficiência leve”, analisa-se a deficiência a partir das condições de mobilidade da pessoa e do uso de apoios, como muletas, bengalas, cadeira de roda, etc.

De acordo com dados obtidos junto ao setor de recursos humanos da associação, quando a empresa solicita uma pessoa com deficiência física para contratação, na solicitação com a descrição da vaga e local de trabalho, consta como observação “exceto cadeirantes”, isso nos dá a idéia de que em nenhum momento há uma preocupação com a empregabilidade da pessoa com deficiência física, e sim, uma preocupação em cumprir a legislação da maneira mais facilitada e conveniente para a empresa. Paraphrasing Lima (p. 126, 2008) sabe-se que o normal funcionamento do mercado de trabalho visa à eficiência econômica e, por isso, dele, enquanto fortíssimo representante dos detentores do poder econômico, não se deve esperar por equidade.

No período da realização do estágio, observamos a primeira contratação nos Correios de uma cadeirante, mesmo ela tendo sua formação em nível superior, optou pelo emprego através da associação, pois desde a conclusão da faculdade, ainda não havia conseguido emprego. Essa informação atesta que a formação superior e continuada não é requisito que garante uma vaga no mercado de trabalho, porque, é preciso considerar que o problema do desemprego é uma questão estrutural, pertinente ao modo de produção capitalista.

Tipo de Deficiência	Classificação	Qte
Acidente de trânsito – Deformidade nas articulações	Monoparesia	5
Acidente Vascular Cerebral – AVC	Hemiparesia	1
Amiotrofia Espinhal	Monoparesia	1
Amputação - Acidente doméstico – brincadeiras infantis	Amputação	2
Amputação - Acidente trânsito	Amputação	3
Amputação - Acidente trabalho	Amputação	1
Atrofia	Monoparesia	1
Cifose - Deformidade na coluna	Monoparesia	1
Espinha Bífida	Monoparesia	1
Má Formação Congênita	Monoparesia	8
Nanismo	Nanismo	1
Nenhuma	Nenhuma	1
Paralisia Cerebral	Monoparesia	5
Seqüela de poliomielite	Monoparesia	12
Seqüela de Meningite	Monoparesia	1

Quadro 4 - Pessoas empregadas conforme o tipo de deficiência - Grande Florianópolis

Fonte: Pesquisa de campo

Cabe salientar ainda que de acordo com os relatos, a origem das deficiências tem como fatores predominantes: saúde pública ineficiente e violência no trânsito. Esses fatores indicam que a questão social emerge na sociedade capitalista e se agrava com a ineficiência do Estado e resulta em um contingente de pessoas com deficiência sem atendimento, pois as políticas sociais para prevenção

que deveriam ser contempladas pelos serviços públicos, não dão conta das demandas dos acometidos. Confirma-se esta afirmação ao analisar que as causas das deficiências são geradas por doenças como a poliomielite e meningite, seqüelas de paralisia cerebral, causadas na hora do nascimento, situações que resultam de um sistema saúde pública defasado, bem como, no caso de acidentes de trânsito, onde o indivíduo, ao necessitar de reabilitação, se depara com a escassez de serviços, como de fisioterapia e reabilitação.

De acordo com os dados obtidos, as pessoas que utilizam algum tipo de apoio estão assim distribuídas:

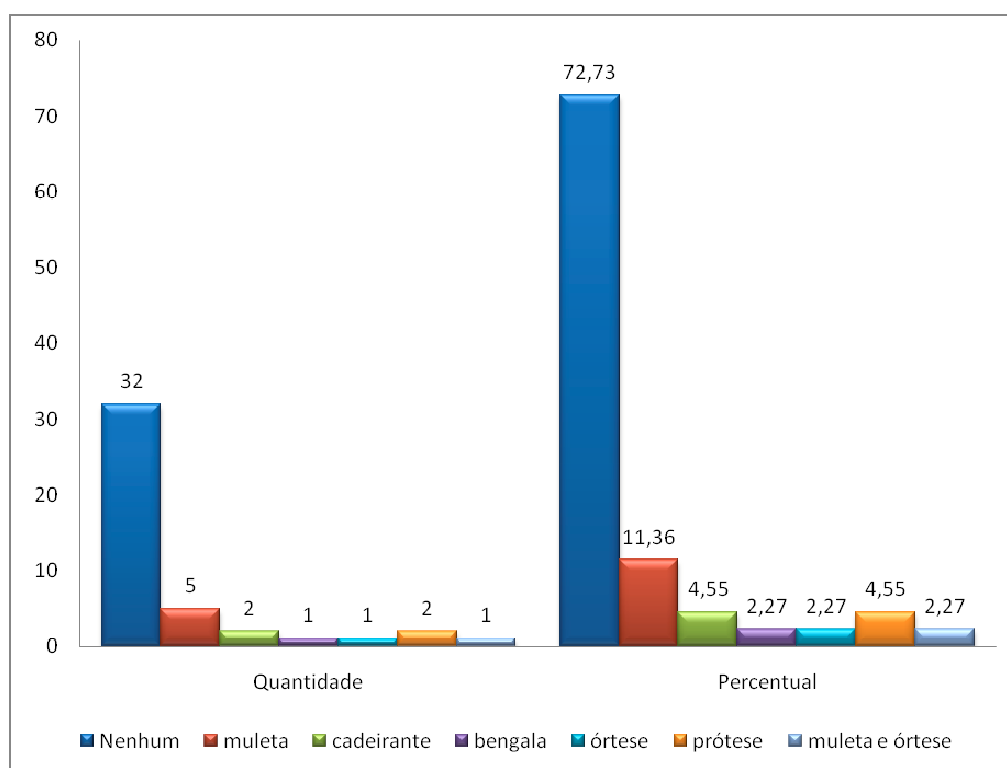


Gráfico 5 - Pessoas com Deficiência Física contratadas segundo a utilização de apoio - Grande Florianópolis - 2009

Fonte: Pesquisa de campo.

Referenciando à questão da contratação por deficiências leves, observamos a partir desse gráfico que as organizações optaram por pessoas com alguma deficiência física que não exigiria nenhum tipo de adaptação das dependências físicas nos locais de trabalho.

Com relação à discriminação, identificamos que a maioria disse nunca ter sentido nenhum tipo de discriminação no trabalho, mas em compensação uma

parcela disse que sentiu discriminação por ser terceirizado e pela questão da deficiência. Mas apesar de às vezes a discriminação não ficar explícita, só o fato de a pessoa terceirizada receber um salário mais baixo quando comparado a um funcionário concursado, já revela a existência de discriminação. Os funcionários terceirizados muitas vezes realizam as mesmas atividades e o salário que recebem é menor.

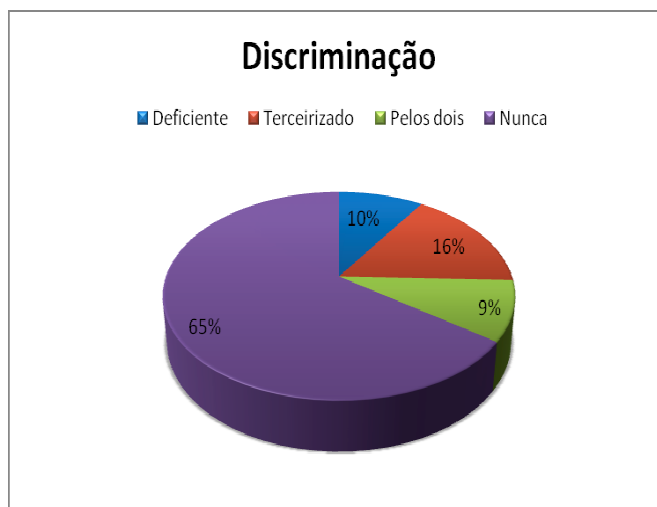


Gráfico 6 - Pessoas com Deficiência Física contratadas que disseram já ter sentido algum tipo de discriminação no trabalho - Grande Florianópolis - 2009

Fonte: Pesquisa de campo.

Com relação as tarefas desempenhadas, as mais citadas foram: arquivamento de documentos, manuseio de documentos (separação, contagem, organização), atendimento telefônico. Atividades que não exigem muito conhecimento e que consistem em tarefas rotineiras, sem possibilidade de aprendizado.

Na entrevista com os funcionários que prestam serviços terceirizados na Cobra Tecnologia, observamos que as tarefas são apenas a contagem e separação de documentos para arquivamento, atividades como “limpeza dos documentos” foi citada pelos trabalhadores, que significa “tirar grampos” para ir para a máquina que vai fazer a contagem. Será que podemos chamar isso de trabalho? Podemos afirmar que esse tipo de trabalho dignifica ou mesmo possibilita a pessoa sentir-se “útil”?

De acordo com Antunes (p. 70, 2005),

[...] desse processo de trabalho na sociedade capitalista, tem-se como resultante a desrealização do ser social. [...] esse processo de alienação do

trabalho não se efetiva apenas no resultado – a perda do objeto –, mas abrange também o próprio ato de produção, que é o efeito da atividade produtiva já alienada.

A transformação do homem através do trabalho, nada tem a ver com a concepção de trabalho realizado na sociedade capitalista, em nenhum momento proporciona ao sujeito criar e modificar algo, ao contrário ele se “especializa” em uma atividade que nada vai contribuir para o seu desenvolvimento social.

Somente os funcionários contratados para trabalhar nos Correios, no setor administrativo é que descreveram suas atividades como atividades que precisam pensar, criar, algumas delas são: análise empresarial, marketing, pesquisa de preço, comunicação e campanhas, análise de mercado, etc.

Os entrevistados, ao serem perguntados sobre o significado do trabalho, as respostas obtidas relataram a questão da manutenção das necessidades básicas como principal fator, vêem o trabalho como forma de sobrevivência, “*sem trabalho a gente não vive*”. Para eles o trabalho significa “tudo”, além da manutenção das necessidades já citadas, consistem na valorização, reconhecimento e perspectiva de um futuro melhor.

Observamos através das falas dos entrevistados, que trabalhar é “*sentir-se útil, porque na nossa sociedade quem não trabalha é mau visto, é considerado vagabundo*”. A ideologia dominante é absorvida pelas classes subalternas de tal forma que eles se julgam improdutivos e ineficientes e nesse sentido precisam provar a todo o momento que podem e conseguem ser útil a sociedade. Essa imposição pela classe dominante de que só quem produz ao capital tem valor e cabe ao indivíduo sua própria manutenção, são valores arraigados na sociedade e predispõe as pessoas à condição de culpados pelo seu fracasso.

Neste modelo de sociedade, em que as relações são dadas e mediadas de acordo com o seu valor, os sujeitos transformam-se em mercadorias negociáveis que precisam estar em contínuo aperfeiçoamento e aprimoramento para se enquadrarem no modelo determinado como aceitável aos moldes capitalistas.

Para Bartalotti (p. 52, 2006),

[...] a construção de uma sociedade inclusiva passa pelo aprimoramento das relações sociais, pela compreensão de que o verdadeiro pensamento inclusivo é aquele que não categoriza as pessoas por ordem de valor, valor esse atribuído através de estereótipos, estigmas, conhecimentos instituídos [...].

Pode-se afirmar que sociedade inclusiva, não cabe dentro da sociedade capitalista, pois esta só se efetiva pela exclusão e segregação de grande parcela da população.

Outra resposta obtida com relação à importância do trabalho: “*significou a minha independência, antes nem saía de casa, a família não deixava, conquistei minha liberdade*”. Com essa fala pode-se afirmar que além dos estigmas vividos por esses sujeitos na sociedade, muitas vezes eles os enfrentam no interior do grupo familiar. Ocasionalmente tanto pela superproteção da família para evitar que este sofra, como pela vergonha, porque como já nos referimos, a pessoa com deficiência é vista como uma “cruz a ser carregada” pela família.

Lima (p. 102, 2008), afirma que:

[...] são obstáculos superáveis, mas à sociedade elitista, eivada de preconceitos atávicos, herdados, talvez, das concepções antigas dos povos primitivos, convém taxar a pessoa com deficiência como um “pecador punido por Deus” e que deve ser segregada.

Quando perguntados sobre o contato com a associação, com que frequência isso acontece, a grande maioria respondeu que faz quando necessário, principalmente para falar sobre salário. Outro montante citou que são raras às vezes, que se possível, nem entram. Dessas respostas obtemos a conclusão de que a pessoa com deficiência física, contratada para trabalhar, não reconhece na associação outra função a não ser “empregadora”, não a utiliza e nem percebe aquele espaço como campo de luta em favor de seus direitos, como um espaço de articulação e debate político em torno das questões que perpassam o universo das pessoas com deficiência física.

Além disso, observam a associação como espaço de assistência e caridade, como espaço de obter “uma ajuda”, e não como possibilidade de luta e organização das pessoas com deficiência física. Isso pode ocorrer pela posição que a associação tem se colocado diante desses sujeitos seja através de ações, seja através das respostas e as demandas trazidas pelas pessoas com deficiência física ao procurarem pela entidade.

Ao analisar as respostas, observamos um leque de estigmas e situações que perpassam o cotidiano das pessoas com deficiência física. Situações essas que são expressão de desigualdades que se mantiveram ao longo do tempo e que mesmo após leis e decretos, não garantiram o acesso dessas pessoas aos direitos sociais.

Buscamos ao longo deste trabalho expor um retrato da inserção das pessoas com deficiência física no mercado de trabalho, apresentando um resgate histórico das relações e vivências a que sempre foram submetidas e como o trabalho enquanto transformador do homem em ser social, se efetiva na sociedade do capital.

Os dados da pesquisa confirmam que a inserção das pessoas com deficiência física no mundo do trabalho constitui-se num desafio a esse segmento, e inúmeras são as barreiras de natureza econômica, social, política e cultural a serem enfrentadas. Verifica-se, portanto, que essa inserção tem sido um processo lento e fragmentado, e pensar em inclusão no atual contexto societário requer supor um novo modelo de sociedade, que não contemple a propriedade privada dos meios de produção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica e empírica que se propôs a contemplar o universo das pessoas com deficiência física, no que tange a inserção no mercado de trabalho na Grande Florianópolis, através de contratos de prestação de serviços terceirizados tendo como referência a AFLODEF - Associação Florianopolitana de deficientes físicos.

Através de análise dos dados obtidos mediante entrevistas com os funcionários contratados pela associação, foi possível identificar que os preceitos neoliberalistas em voga desde a década de noventa no Brasil vêm se afirmando e provocando transformações que ampliam a precarização do trabalho.

As mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho e a expansão do setor de serviços com a desindustrialização tem favorecido a contratação de serviços terceirizados e com ele a absorção de parcelas da população que, excluídas do setor de produção industrial, não vêem alternativas a não ser se submeter a esse tipo de “emprego”. Dentre essa população excluída, temos ainda as pessoas com deficiência física que durante muito tempo foram excluídas do sistema de ensino e até mesmo das atividades em sociedade, ficando sempre dependente das ações assistenciais e da caridade, mas que hoje tem tentado reverter esse quadro, buscando se inserir no mercado de trabalho.

Sabemos que a sociedade capitalista não contempla a equidade, a inclusão, a efetivação de direitos sociais. Neste modelo de sociedade onde prevalece a propriedade privada dos meios de produção, onde cada um é responsabilizado pela sua manutenção e sobrevivência, os capitalistas não estão aqui para ter piedade, e sim para obter lucro, não há possibilidade de uma efetiva e contemplativa “inclusão” dos “excluídos”, enquanto perdurar esse modo de sociedade.

Quando falamos de “exclusão” compreendemos o processo de múltiplas privações que delineiam o cotidiano das pessoas com deficiência física, ou seja, não nos referimos somente ao fato de não participarem de alguma atividade, mas de todas as barreiras que impossibilitam a participação efetiva desse segmento na vida em sociedade.

A deficiência sempre esteve vinculada à inferioridade, à anormalidade e à diferença, e no contexto societário atual existem parâmetros socialmente aceitos que definem o que está dentro dos limites “aceitáveis” de diferença, criando estigmas e estereótipos, que classificam os sujeitos entre bons e maus, feios e bonitos, úteis e inúteis. Em decorrência dessas distinções que são recorrentes na sociedade, criam-se leis que mais segregam do que possibilitam uma verdadeira desconstrução de paradigmas excludentes, a “lei de cotas” favorece a discriminação e as diferenças ao tratar de forma seletiva, fragmentada e precária os sujeitos envolvidos.

A referida lei vem reforçar as condições antagônicas de classe, quando propõe a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho limitando o número de pessoas para contratação e restringindo às pessoas com alguma deficiência. Conseqüentemente essas cotas servem como a “seleção da seleção”, aumentam as desigualdades sociais e funcionam dentro dos parâmetros capitalistas servindo tão e somente para a reprodução do capital.

Percebeu-se através da pesquisa que a deficiência física é perpassada pelas relações de pobreza, falta de acesso a uma saúde pública de qualidade, exclusão dos sujeitos no processo educacional, estigma e preconceitos, violência no trânsito. A pesquisa possibilitou identificarmos as principais causas das deficiências físicas mostrando-nos que a ineficiência do Estado em políticas na área de prevenção, reabilitação e recuperação agrava o problema e aumenta o contingente de pessoas com deficiência física, pois a precariedade no atendimento na saúde, as filas de espera para conseguir sessões de fisioterapia, tratamentos e medicação são situações recorrentes nas políticas de saúde. A deterioração dos serviços públicos sejam eles na área da saúde ou em outros setores, comprava que o capital vem conseguindo efetivar seu plano hegemônico, reduzindo o Estado e abrindo espaço para a iniciativa privada.

Ao propor a “inclusão” no mercado de trabalho, as empresas na verdade, tem efetivado uma pseudo-inclusão, verifica-se isso, pois, as relações de trabalho estabelecidas através de contratos terceirizados reforçam uma situação de estigma e precariedade, percebemos através das visitas aos postos de trabalho principalmente no contrato com a “Cobra Tecnologia”, que as tarefas desempenhadas ou destinadas às pessoas com deficiência física contratadas são as mais degradantes e comprovam a discriminação e desvalorização dessa força de trabalho, reduzindo-os a “máquinas de separar documentos”.

Verificamos que além das vagas serem para tarefas que não requerem conhecimentos e que mais degradam o sujeito do que favorecem uma emancipação, a contratação com a prerrogativa de “pessoa com deficiência”, contempla apenas “deficiências leves” que não demandam adaptações visíveis, mas que se fazem necessárias para uma melhoria na qualidade de vida desses trabalhadores. Ao buscar junto à associação estas informações notamos que é requisito na hora das contratações: não utilizar-se de apoios como cadeira de roda, muletas, bengalas ou outros, que venham demandar para a organização gasto com melhoria nas instalações. Estas colocações reafirmam que o que vem sendo proposto quando se fala em “inclusão da pessoa com deficiência”, é na verdade um enfeite de ações, para fins de marketing e propaganda ao usar da falácia “responsabilidade social” como comportamento positivo das organizações.

Contudo, entendemos que as iniciativas da associação modificam o cotidiano dos sujeitos envolvidos nesse processo ao colocá-los empregados e recebendo um salário possibilitando tão e somente a manutenção das necessidades básicas, mas não consegue diminuir, nem fazer desaparecer a situação de exclusão e desigualdade que se encontram, não consegue oferecer-lhes uma vida digna de realização e emancipação do trabalho¹⁸.

Portanto, concordamos com os teóricos referendados, que falar em “inclusão”, remete pensar em outro modelo de sociedade que não carregue em sua raiz a lógica da contradição entre capital e trabalho, convém pensar que só é possível se superarmos a propriedade privada dos meios de produção e avançarmos num modelo em que os pilares sejam construídos sobre uma genuína equidade e justiça social.

A cargo de sugestão para o referido tema convém investigar como vem ocorrendo o processo de fiscalização, de responsabilidade dos órgãos competentes, para o cumprimento da “lei de cotas”, e quais as alternativas e propostas as empresas vem propondo para modificar o quadro estrutural de baixa escolaridade das pessoas com deficiência física na Grande Florianópolis.

¹⁸ Compreendemos que a emancipação do trabalho só será possível com a revolução socialista e, conseqüentemente, pela plena extinção da propriedade privada dos meios de produção, o que

REFERÊNCIAS

ALBORNOS, Suzana. **O que é Trabalho**. Coleção Primeiros Passos – 171. 6ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ALVES, Rubens Valtecedes. **Deficiente Físico - Novas Dimensões da Proteção ao Trabalhador**. São Paulo: LTr, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 4º Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Crise Capitalista Contemporânea e as Transformações no Mundo do Trabalho**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **O Caracol e Sua Concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. 1º Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. 6º Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2002.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Trabalho e Emprego: Instrumento de Construção da Identidade Pessoal e Social**. Série Coleção Estudos e Pesquisas na Área da Deficiência; Vol. 9. São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: Corde, 2007.

BARTALOTTI, Celina Camargo. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: utopia ou possibilidade?** Coleção Questões Fundamentais da Saúde, nº 11. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho**. 2. Ed.-Brasília: MTE, SIT, 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2008.

possibilitará, no processo histórico de rupturas, os caminhos viáveis e necessários da construção da sociedade comunista enquanto associação social de livres trabalhadores associados.

_____ **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Brasília: Senado Federal, 2008.

_____ **Direitos da Pessoa com Deficiência: Conhecer para Exigir.** IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Brasília: Senado Federal, 2008.

BUSSINGER, Vanda Valadão. **Fundamentos dos Direitos Humanos.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 53, Ano XVIII, março. São Paulo: Cortez, 1997.

CARMO, Apolônio Abadio do. Deficiência Física: **A Sociedade Brasileira Cria, “Recupera” e Discrimina.** Brasília: Secretaria dos Desportos - PR, 1991.

ENGELS, Friedrich. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em homem.** 1876. Edição Ridendo Castigat Mores. Setembro de 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/> <Acesso em 29 de agosto de 2009>

GIL, Antonio A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5ª Ed. Cap. 3. São Paulo: Atlas, 1995.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Editora Cortez, 1995.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta.** 2ª Ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

HUNT, E.K. **História do Pensamento Econômico:** uma perspectiva crítica. Tradução: José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campos/Elsevier, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e Indivíduo Social.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> <Acesso em, 22 de outubro de 2009>

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça.** São Paulo: Editora Claridade, 2003.

LARA, Ricardo. **A Produção de conhecimento em Serviço Social**. Tese de Doutorado. UNESP: Franca – SP, 2008.

LIMA, Maria Rosângela Rezende de. **A Efetivação da Cidadania para a Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho: Discriminação, Desafios e Conquistas**. Poliarquia - Revista de Estudos Políticos e Sociais do Centro Universitário UNIEURO. Brasília, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/> <Acesso em, 01 de maio de 2009>

LUCAS, Marcilio Rodrigues. **Trabalho e Capitalismo**. Revista Crítica Social. Nº 1, Ano 1, 2006. Disponível em: <http://globalization.sites.uol.com.br/> <Acesso em, 02 de agosto de 2009>

LUKACS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Disponível em: <http://www.marxists.org/> <Acesso em, 22 de maio de 2009>

_____ **A consciência de Classe**. In: Estrutura de Classes e Estratificação Social. Org. VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antonio R. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 5º Ed.

_____ **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. **O Capital Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural. Cap. V. Vol 1. 1983.

MARX & ENGELS. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Frank Muller. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

_____ **Manifesto do Partido Comunista**. Organização Osvaldo Coggiola. Tradução Alvaro Pina. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

NAMBU, Taís Suemi. **Construindo um Mercado de Trabalho inclusivo: guia prático para profissionais de recursos humanos**. Série Coleção Estudos e Pesquisas na Área da Deficiência; Vol. 10. São Paulo: SORRI-BRASIL; Brasília: Corde, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica. Biblioteca Básica de Serviço social**. Vol 1. 4º Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

NERI, Marcelo. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV/IBRE. CPS, 2003. Disponível em: <http://www.fgv.br/> <Acesso em, 01 de maio de 2009>

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Curso Nacional de Formação Política do Partido Comunista Brasileiro**. Disponível em: <http://www.pcb.org.br/> <Acesso em, 15 de maio de 2009>

PERLMAN, Fredy. **A Reprodução da Vida Cotidiana**. Disponível em: <http://www.geocities.com/> <Acesso em, 22 de maio de 2009>

Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE. **Pessoa com Deficiência: Aspectos Teóricos e Práticos**. Cascavel: Edunioeste, 2006.

RAMALHO, Ednéia Cristina; SOUZA, João Batista Resende. **Dificuldades da Inclusão do Deficiente Físico no Mercado de Trabalho**. Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis. Ano IV – Número 08 – Outubro de 2006 – Periódico Semestral. Faculdade de Ciências Jurídicas e Gerenciais de Garça FAEG/FAEF e Editora FAEF. Disponível em: www.revista.inf.br <Acesso em, 01 de maio de 2009>

APÊNDICE A



ASSOCIAÇÃO FLORIANOPOLITANA DE DEFICIENTES FÍSICOS
RUA: CRISPIM MIRA, 115. CENTRO – FLORIANÓPOLIS – SC
TELEFONE: (48)3228-3232

ACOMPANHAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS

Nome: _____

Sexo: M () F () Tem filhos: S () _____ N () Idade: _____

Lotação: Besc () Cobra () SSP-SC ()

Polícia Civil () Correios ()

Cargo: Telefonista () Aux. Administrativo () Digitador ()

Data de Admissão: _____

Escolaridade: _____

Deficiência: _____

Necessita de apoio (muleta, cadeira de roda, órtese, prótese, bengala, etc):

Como foi a inserção no espaço de trabalho? _____

Houve alguma mudança na estrutura para recebê-lo (a)? _____

Quais as dificuldades encontradas no dia-a-dia com relação a sua deficiência e a realização do trabalho? _____

Quais as atividades desenvolvidas, citar? _____

O que significa o trabalho na sua vida? _____

Como é a relação com os demais funcionários? _____

Já sentiu no trabalho, discriminação pela condição de deficiente ou por ser terceirizado? _____

Nas festividades é convidado para participar? _____

Reside onde: _____

Quantos ônibus têm que pegar para ir ao trabalho e qual? _____

Há outra pessoa na família com deficiência? _____

Quais motivos podem levá-lo a faltar ao trabalho? _____

Faz algum curso informática, língua estrangeira, etc. Tem interesse? _____

Têm interesse em continuar os estudos e qual área pretende? _____

Quando entra em contato com a AFLODEF? _____

Encaminhamentos:

Ass. Funcionário

